

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A SERVIÇO DA CIDADANIA

Área Temática: Educação

Responsável: Gicelda Mara Ferreira da Silva

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Autora: Gicelda Mara Ferreira da Silva – Cód.13.024

Resumo

Diante da percepção de carência de participação da maioria das pessoas e da ausência na respectiva ocupação de espaços de decisão das políticas públicas, as quais se compreendem como prática efetiva de cidadania, pensamos trabalhar, embasados nos conceitos da Educação Popular, com estes sujeitos que fazem parte de comunidades inseridas na cidade, mas que, entretanto, vivenciam um processo de exclusão pela dificuldade de acesso a muitos benefícios, a exemplo do saneamento básico. Por esta razão, através da criação de um jogo eletrônico educativo, visamos, esta autora e demais membros de um grupo multidisciplinar de discentes da FURG, problematizar com alunos da Educação de Jovens e Adultos, junto às escolas, questões de participação e auto-organização de movimento social, por intermédio de projeto de extensão. A apresentação do tema pretende ampliar as possibilidades do fazer pedagógico, devidamente contextualizado, oportunizando a esta população a aproximação com as tecnologias da ciência e informação num ambiente de aprendizagem que busca tornar-se mais atraente ao incluir o lúdico. Se a ideia da aplicação de um jogo para uso na sala de aula se faz presente para corroborar no processo de atualização da metodologia de ensino, por outro lado, mostra-se um desafio também para os acadêmicos que têm nesta criação a incumbência de, dialogando com a sociedade, se constituírem pesquisadores que validem seus conhecimentos científicos da Pedagogia, Computação e Artes Visuais de forma inovadora, interdisciplinar e voltada à transformação social; priorizando solidariedade, sustentabilidade e igualdade, entre outros valores. Finalizado, o jogo será disponibilizado às escolas.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos – Movimento Social – Jogo Eletrônico

Introdução

De alguma forma, apesar até mesmo das dificuldades econômicas conseqüentes das desigualdades presentes na organização social, as pessoas têm compartilhado produtos de toda ordem, sejam eles originais ou similares, oferecidos intensamente pela indústria e comércio, pela forte indução e investimento das campanhas publicitárias para isso. Já, o avanço tecnológico, dá conta de oferecer recursos novos o tempo todo. Assim, a sociedade se estabelece dentro de um sistema capitalista e vai, por meio de uma pedagogia cultural, produzindo significados na constituição dos sujeitos de todas as faixas etárias. Conforme nos sugere FISCHER (2003) a mídia ocupa um lugar central na produção da adolescência, por exemplo, e precisamos pensar nas imbricações entre elas, o consumo e a educação e quanto aos direcionamentos inúmeros que toma esse educar; ao grau de alienação e não exercício crítico; a uma quantidade exagerada de informações e opiniões prontas que poupam ou logram o sujeito de experimentos próprios capazes de levarem a reorganização individual e coletiva das suas próprias práticas empenhando esforços para o alcance de metas e também para o exercício do controle social.

As redes sociais também estão encabeçando a lista de interesses dos nossos jovens que adentram este espaço procurando relacionamentos de amizade, buscando visibilidade ou fazendo pesquisas escolares com maior ou menor aprofundamento. Nelas, muitos aplicativos representam propostas de jogabilidade. E os jogos de entretenimento já fazem parte do cotidiano de pessoas de diversas idades no meio social, viabilizados por aparelhos eletrônicos diversos, específicos para este fim ou não, inclusive, pelo telefone celular. Todos esses, encontrados de modo fixo ou portátil, nos mais diversos lugares: públicos ou privados. Ressalve-se o fato de ainda haver uma pequena disponibilidade de computadores nas escolas, onde no máximo observamos a existência de uma sala de informática e onde é necessário haver um agendamento das várias turmas para desenvolvimento de atividades, havendo certa precariedade e lentidão relativa à manutenção técnica dos mesmos, seja em função da quantidade de profissionais técnicos ao dispor da rede pública, seja em função dos custos correspondentes aos consertos e troca de peças.

Para além disso, os chamados *games* podem ser ferramentas de treinamento profissional, de ordem motora e focalizando desenvolvimento de habilidades cognitivas também. Podem ainda, na concepção de *serious games*, ou jogos sérios, abordar vasta gama

de assuntos e usar o *design* instrucional, para contribuir com o trabalho pedagógico nas instituições educacionais, contemplando conteúdos curriculares de forma não compartimentada, explorando as múltiplas linguagens e inteligências múltiplas (GARDNER, 1995) destoando assim, procedimentos que têm no professor a figura única e central da transmissão do conhecimento ou que admitem-no como um mediador e tutor que ensina e aprende junto, colaborativamente. Fora isso, existe a possibilidade de autodidaxia, pela utilização continuada dos programas e aparatos tecnológicos, direcionando este uso para melhor e amplo aproveitamento.

Material e Metodologia

Os recursos da ferramenta *Blender Game Engine*, em 3D, e da programação em *python*, uma linguagem de *scripts*, permitem a apresentação da simulação da realidade que estamos abordando de uma forma mais leve, pelo teor lúdico. Enquanto que, a condução da história sobre a qual debruçamos nossa expectativa é construída coletivamente, através de tensionamentos em rodas de conversa, elaboração de mapas conceituais, visita ao bairro, inserção de debates na sala de aula de uma turma de EJA, da 8ª série, em parceria com professores e coordenação pedagógica e contemplando alguns objetivos do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cidade do Rio Grande – CAIC - parceira atual; portando, agregando-se ao planejamento de aula; mais mostra de filme e documentário, participações em oficina de formação de lideranças na Associação Comunitária, Seminário de Políticas Públicas e Conselho de Saúde local e atividades culturais. Parte daí, a construção que está em andamento, das cenas, roteiro e narrativas que, representando as situações citadas, se prestarão a subsidiar os desafios que o jogo apresentará aos seus jogadores. Na forma de material pedagógico, o jogo utilizado pelo docente, que deverá ser preparado para esta mediação e regência, oferecerá a chance de obter um *feedback* da compreensão de cada estudante, pelo registro das opções escolhidas e níveis atingidos por eles, em consequência das decisões nas tomadas de ações. Essas, estrategicamente previstas pela equipe de criação, calcadas em diálogos com os personagens e por meio da identificação de palavras-chave que determinarão caminhos. Poderão ser incluídos links e hipertextos que ampliem as possibilidades de pesquisa nas várias áreas do conhecimento científico.

O ambiente pretendido é o de interação onde todos possam socializar durante ou após a prática, os desempenhos, constatações e hipóteses, equivalente à proposta inicial do nosso

trabalho, em que buscamos dar voz ao grupo, instigando-o quanto à resolução dos problemas existentes na comunidade, pelo elencar de alternativas e análise das mesmas, pertinentes às áreas da saúde, educação, segurança, transporte, moradia, trabalho e emprego, lazer, enfim... Com relação ao local, futuramente se necessitará ocupar sala que permita a instalação e uso do jogo.

Resultados e Discussões

Para essa equipe, a fase vivenciada agora continua a ser desafiadora, na medida em que ainda há bastante trabalho pela frente, com certa distância do processo final e do momento da aplicação do artefato junto à escola, efetivamente, sua aceitação e viabilidade por educadores e educandos. Do mesmo modo, assegurarmo-nos de que este jogo esteja devidamente adequado às capacidades cognitivas dessas pessoas que têm sido, ao longo dos anos, estereotipadas como sujeitos com dificuldade de aprendizagem e sem condições de galgarem maiores progressos nos seus níveis de escolaridade, é outra questão importante a transpor e contrapor.

Nesse sentido, desejamos que os estímulos à aprendizagem e a emoção que pretendemos colocar mediante a jogabilidade selecionada, conspiram para a ruptura de uma metodologia descontextualizada. Que possam ainda, ajudar esses sujeitos que ingressam cada vez mais cedo nesta modalidade de ensino, a se perceberem como partícipes pró-ativos e auto-organizados nos movimentos sociais, à luz de uma educação emancipatória (FREIRE, 1997) e dentro de uma sociedade que valorize todos os saberes e todas as culturas; onde os analfabetismos funcional e político se façam menos presentes e a escola dialogue com a comunidade transgredindo muros e lógicas de cooptação de indivíduos somente para o mercado de trabalho.

Os extensionistas do projeto dedicam-se isolada e coletivamente às questões de roteiro e, jogabilidade, desenvolvimento: modelagem 3D, animação, programação do motor do jogo, programação e *design* de *interfaces*, narrativas, fase NPC's - personagens não controlados pelo computadores e etc.

Conclusão



Cientes da relevância da educação no processo de conquista de melhoria da qualidade de vida para os seres humanos, estamos buscando aproximação com comunidades periféricas, legitimamente representadas por estes elementos que compõem, enquanto jovens e adultos, um segmento da comunidade escolar, com características específicas, permeadas de adversidades que vieram lhes ocasionar atraso no desenvolvimento intelectual e no avanço de níveis de escolaridade, mas que, antes de tudo são cidadãos com obrigações e direitos que devem ser respeitados, ao invés de silenciados pelo descaso de um sistema perverso que os relegou a tal estágio, propiciando-lhes exclusões de toda a sorte. Como seres políticos que são, devem aprender a administrar decisões, começando por seu próprio bairro, não ignorando a força que o trabalho solidário e colaborativo pode ter. Somando-se à isso a experiência real da extensão, ao conhecimento teórico da academia, pode-se refletir a *práxis* e almejar mudanças.

Nestes encontros, estudantes de cursos distintos trocam informações multidisciplinares, apropriando-se um pouco mais da sua área e da dos colegas, endereçando suas preocupações nas tarefas correlatas à criação de um produto que tem a intenção de aviltar sua passagem pela graduação e pós-graduação, elevando o nome da instituição e contribuindo com o desenvolvimento de pessoas cuja situação implica alguma vulnerabilidade. Para tanto, privilegamos a criação de um jogo eletrônico educativo, priorizando oferecimento aos estudantes da EJA e, acima de tudo, ratificando as inúmeras variáveis que a criatividade pode inclinar em prol do processo pedagógico não apenas na escola, mas em muitos outros espaços sociais.

Referências

- FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Televisão e educação: fruir e pensar a TV*, -2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2003
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa*. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- GARDNER, Howard. *Inteligências múltiplas: a teoria na prática*. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- MATTAR, João. *Games em Educação: como os nativos digitais aprendem*, 1ª. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.



EXTENSÃO EM HABITAÇÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DA “PORTELINHA” NO RIO DE JANEIRO

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

Gabriela Lema Icasuriaga

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Gabriela Lema Icasuriaga

Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira

Sônia Azevedo Le Cocq D'Oliveira

Resumo

A experiência que apresentamos neste trabalho se situa no campo do direito social à habitação e tem como referência teórica, conceitual e política o acesso à moradia e ao espaço urbano, tal como consta no arcabouço jurídico e urbanístico brasileiro e se situa na linha de extensão denominada Direitos Humanos entendendo que o direito à moradia é um direito social.

As múltiplas dimensões desta problemática particular a situam como um campo interdisciplinar de atuação, possibilitando um espaço de ensino, pesquisa e extensão, fundamental para a reflexão não só do problema em questão e de todos os efeitos dele decorrentes, mas também da crítica do saber e do atuar diferencial em relação ao papel que os profissionais desempenham ou tendem a reproduzir na arena social e institucional no Brasil.

Palavras-chave

Direito à habitação, Regularização Fundiária, Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

O agravamento da questão fundiária e habitacional e o maior acirramento dos conflitos pela posse e/ou pela regularização dos espaços urbanos, têm colocado a questão na ordem do dia nas esferas do executivo, legislativo e principalmente judiciário – este, palco final da maioria dos conflitos (fenômeno decorrente inclusive da judicialização da política e das relações sociais). Inúmeras famílias, principalmente as que habitam os

grandes centros urbanos, buscam a possibilidade de adquirir um pedaço de chão onde estabelecer sua moradia, de ser possível em locais acessíveis aos serviços e equipamentos urbanos necessários à reprodução da vida. Ao mesmo tempo constatamos uma quantidade de imóveis ociosos nos espaços urbanos (vide Relatório do Déficit Habitacional, 2007 da Fundação João Pinheiro) muitos dos quais abandonados e sem qualquer tipo de uso e em avançado estado de deterioro. Alguns destes imóveis tem sido objeto de ocupação por parte da população, organizada ou não, motivada por razões que podem ser de ordem econômica ou social, como sair do aluguel ou fugir de situações de violência em seus locais de origem. Esta situação social apresenta-se de forma alarmante em comunidades identificadas como “assentamentos subnormais”, as favelas ou bairros populares sem acesso às infraestruturas e serviços da urbanização formal, e sua abordagem exige várias dimensões cognitivas e propositivas que tem sido propiciada pelo caráter interdisciplinar do projeto em questão.

A experiência que apresentamos neste trabalho se situa nesse campo e tem como referência teórica, conceitual e política o acesso à moradia e ao espaço urbano, tal como consta nas atuais propostas do Ministério das Cidades (vide Política de Habitação de Interesse Social) e se situa na linha de extensão denominada Direitos Humanos entendendo que o direito à moradia é um direito social (vide Emenda Constitucional 26/2000) e a regularização fundiária é constitutiva da função social da propriedade, como política de habitação social.

As múltiplas dimensões desta problemática particular a situam como um campo interdisciplinar de atuação, possibilitando um espaço de ensino, pesquisa e extensão, fundamental para a reflexão não só do problema em questão e de todos os efeitos dele decorrentes, mas também da crítica do saber e do atuar diferencial em relação ao papel que os profissionais desempenham ou tendem a reproduzir na arena social e institucional no Brasil.

A possibilidade de contribuir nesse processo é o grande desafio da universidade pública, laica e socialmente referenciada, a qual cabe disponibilizar não só o conhecimento acumulado pelas diferentes áreas do saber técnico e profissional, mas, também, o seu potencial de articulação política e de acesso às mais variadas instituições locais e nacionais.

ANTECEDENTES



Este projeto teve início em 2006, na favela da Rocinha, em parceria com a Fundação Bento Rubião, ONG responsável pela execução do *Programa Papel Passado* promovido e financiado pela política nacional de regularização fundiária de assentamentos precários do *Ministério das Cidades*. Posteriormente, como parte do mesmo programa, acompanhamos o desenvolvimento dos trabalhos em vários bairros do município de Nova Iguaçu, na área metropolitana do Rio de Janeiro.

Esta experiência nos permitiu integrar as atividades de ensino na graduação, ministrando a disciplina de Orientação e Treinamento Profissional em Política Urbana, e a disciplina Núcleo Temático, também em área afim, paralelamente ao acompanhamento de atividades de campo e orientação de trabalhos dos alunos em estágio curricular.

O trabalho de acompanhamento da política pública de regularização fundiária conduziu à interlocução com outras áreas do conhecimento, principalmente com Direito e Arquitetura. Desta forma, em 2008, realizamos uma nova parceria de trabalho com o Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIAC/UFRJ). A partir desta associação conquistamos a abertura de campo de estágio curricular aos sábados para alunos da Escola de Serviço Social, Direito e Arquitetura, entre os quais priorizamos os alunos trabalhadores, na sua maioria oriunda de bairros periféricos e assentamentos populares, que têm dificuldades de se inserir em campos de estágio e atividades de pesquisa durante a semana.

Desde então o projeto de extensão *Reprodução sócio territorial em comunidades de baixa renda – Maré* constitui uma proposta didático-pedagógica interdisciplinar que permite desenvolver um amplo conjunto de ações visando contribuir com a melhoria das condições de vida da população da ocupação de uma antiga fábrica de cimento na favela da Maré. Os moradores desta ocupação, que leva o nome de Portelinha, apresentam demandas das mais variadas em consequência da situação de moradia irregular em relação à posse do terreno onde estão construídas as unidades habitacionais, ocasionando limitações de acesso a serviços urbanos básicos, na adesão a programas sociais, na procura de empregos, na compra de produtos a prestação ou qualquer outro serviço que exija comprovação de domicílio.

Esta experiência possibilitou à equipe de professores e alunos o desenvolvimento de atividades de mobilização e organização dos moradores, elaboração de conteúdos informativos sobre políticas e serviços públicos, encaminhamentos de demandas a diversos órgãos, pesquisa sobre situação fundiária, elaboração de capacitações para atuação das

equipes envolvidas, elaboração de propostas interventivas com participação permanente de moradores e lideranças das comunidades envolvidas. Também permitiu a elaboração do *Projeto Território Atividade*, com objetivo de mobilizar e articular a rede de serviços prestados no Bairro Maré em uma jornada de trabalho coletivo. Esta atividade, idealizada e planejada por alunos e professores, a partir das demandas iniciais de algumas lideranças comunitárias, foi realizada pela primeira vez em novembro de 2009 e após ter sido avaliada como muito positiva foi reeditada em 2010 e encontra-se atualmente nos preparativos da sua terceira edição para o mês de Novembro do presente ano.



PRINCIPAIS RESULTADOS

O trabalho sistemático junto aos moradores da ocupação Portelinha desde o ano de 2009 permitiu o desenvolvimento de um conjunto de atividades decorrentes das demandas da população local e das exigências do processo pedagógico em curso que podemos expor através de alguns indicadores qualitativos e quantitativos agrupados segundo a sua contribuição para a concretização dos objetivos do projeto. Por um lado temos um conjunto de resultados, ainda parciais, organizados em função da concreção da ação legal de regularização do prédio onde se localizam as moradias; e, por outro, os avanços, em decorrência das atividades do projeto, que temos observado no processo de ensino aprendizagem junto aos alunos dos três cursos envolvidos. Devemos esclarecer, ainda, que esta separação dos resultados é um esforço para efeitos da apresentação, já que na prática ambas as dimensões se confundem no processo de trabalho desenvolvido.

Resultados que contribuem com a regularização da posse do imóvel:

- Pesquisa fundiária e registral do imóvel ocupado;

- Capacitação dos moradores da ocupação sobre o processo jurídico, social e urbanístico da regularização fundiária de imóveis ocupados para fim de moradia;
- Organização e formalização da Associação de Moradores do Condomínio Portelinha;
- Cadastramento sócio econômico dos moradores da ocupação Portelinha;
- Elaboração do perfil sócio econômico dos moradores para efeitos de qualificar a ação legal de regularização da posse do imóvel;
- Atendimento de demandas específicas com diversos encaminhamentos a órgãos públicos;
- Elaboração da planta física da ocupação;

Resultados didático pedagógicos decorrentes das ações do projeto

- Integração de uma equipe interdisciplinar;
- Articulação de trabalho de campo e conteúdo teórico metodológico de disciplinas da grade curricular dos cursos envolvidos no projeto;
- Incorporação da experiência do projeto no aperfeiçoamento do ensino, tanto em nível de graduação como de pós-graduação;
- Internalização de questões ético-políticas da intervenção profissional;
- Integração da experiência com a pesquisa;
- Estímulo à produção acadêmica escrita, através de artigos, apresentações, monografias e dissertações.

Em soma, este projeto tem priorizado a articulação das atividades curriculares e extracurriculares previstas na grade obrigatória, buscando o desenvolvimento de competências docente e discente tanto em nível teórico, quanto técnico e político.



FORMAÇÃO DO PERFIL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTANA: A ANÁLISE DE UMA FRONTEIRA ÉTNICA.

1 Marco Aurélio Alencar de Mesquita

2 Cássia França de Souza

3 Luciano Oliveira de Souza

Resumo

O presente trabalho foi baseado no resultado de um levantamento parcial realizado com a finalidade de auxiliar na formação de um perfil socioeconômico, cultural e ambiental da comunidade remanescente quilombola de Santana (Quatis, RJ). Este levantamento é fruto de encontros com as lideranças quilombola que indicou a sua importância. Tem como objetivo o estabelecimento de ações culturais, sociais e ambientais baseado no perfil captado na própria comunidade, de modo que estas ações estejam mais próximas as suas necessidades. Obteve-se como resultados parciais os dados estatísticos que possibilitaram um melhor entendimento das características desta população, como se relacionam entre si e como interagem com o ambiente em que vivem. Busca-se com este esforço maximizar as ações implementadas junto à comunidade além de auxiliar na formação de um perfil afirmativo. Este projeto faz parte do Programa Etnoconhecimento para um Etnoreconhecimento, PROETNO, coordenado pela Professora Doutora Maria Amelia de Souza Reis

Palavras-chave: Quilombo. Perfil. Etnografia.

Área temática: Cultura.

Trabalho técnico-científico de comunicação oral.

1 Graduando em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, Brasil.E-mail: maum@gmail.com.

2 Graduando em Biologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, Brasil.E-mail: bio.cassia@yahoo.com.br.

3 Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, Brasil.E-mail: luc_oliv@ig.com.br.



INTRODUÇÃO

A comunidade remanescente quilombola de Santana fica localizada no sul do Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Quatis, a aproximadamente 145 km da capital. É uma comunidade remanescente que permanece isolada geograficamente do perímetro urbano do município de Quatis, carente de serviços públicos básicos, como hospital ou transporte público. De acordo com os dados preliminares levantados pela equipe extensionista, é uma população demasiadamente adulta (cerca de 65%) sendo que mais da metade têm apenas o ensino básico concluído. A preparação de ações, de qualquer natureza, é algo imprescindível e, sem dúvidas, pode gerar retornos válidos. Sendo assim, após visitas à comunidade e conversa com suas lideranças e participe percebeu-se a necessidade de traçar um perfil da mesma. Esta ação foi fundamental para que a atividade extensionista obtivesse um resultado mais eficiente, no que diz respeito a ações a serem implantadas seja no âmbito social, cultural, educacional e ambiental. Dessa forma, nos ajudou a traçar novas metas e entender melhor o ambiente que a comunidade vive suas relações pessoais e familiares, com os demais habitantes da região.

2 METODOLOGIA

Estudo histórico, etnológico e etnográfico permeado pela metodologia quantitativa e qualitativa, com ênfase na segunda face às dificuldades apresentadas pela primeira em relação às comunidades originais, envolvendo instrumentos tais como: entrevistas abertas, conversas informais e questionários, entre outros, que permitiram a melhor apreensão dos dados para futura análise dos mesmos, destacando-se a dificuldade nas abordagens de questões relativas aos conhecimentos culturais, normas e valores. Utilizamos a metodologia participativa, de maneira conjunta e democrática, como forma de intervenção-ação-reflexão junto aos grupos envolvidos aliada a estratégia da Educação pelos Pares (*Peer Education*) por valorizar a partilha, intra e entre grupos.

Foi necessário criar um vínculo com os quilombolas, apresentar os integrantes do grupo, propor atividades isoladas e reportar-se aos líderes dessa comunidade. Não é possível construir uma atividade bem sucedida ou com frutos relevantes para a comunidade com contatos parciais, por isso, foram necessárias várias visitas e entrevistas, além de outras atividades, até que este vínculo estivesse estabelecido.

A pesquisa foi aplicada em todas as casas da comunidade remanescente com a intenção de estabelecer o perfil da comunidade. Esta pesquisa incluía perguntas que

abordavam aspectos da escolaridade, formação familiar, faixa etária até identificação cultural e questões de identificação a comunidade remanescente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Numa população de 228 pessoas foi visto que 65% são adultos. Destes 62% são homens. Na faixa etária até 18 anos 64% são meninos. Nesta faixa 64% é também o percentual dos que tem até 12 anos o que demonstra um baixo número de adolescentes na comunidade.

Quanto à escolaridade entre os adultos, 13% são analfabetos, 52% tem até o 5º ano (4ª série), 35% até o 9º ano (8ª série). Ninguém com ensino médio e nem nível superior. Na faixa até 18 anos, todos estão na escola que existe dentro da comunidade que, no entanto, só possui o ensino fundamental. O nível de satisfação com essa escola é de 78%.

60% das famílias recebem algum subsídio do governo. Há entre 56% da população o conhecimento e prática de capoeira e jongo, assim como 78% se identificam como quilombola

82% utilizam a terra como meio de subsistência e 18% para fins comerciais internos. Entre os hábitos alimentares, apenas 11% dos produtos consumidos pelas famílias são, exclusivamente, de fora do quilombo. A grande maioria das famílias (89%) utilizam tanto a agricultura familiar quanto produtos industrializados em sua alimentação.

Em relação ao saneamento básico, 100% das casas tem água encanadas e 100% do esgoto não tem tratamento. Quanto ao lixo produzido 89% são queimados e não há coleta por parte dos órgãos municipais.

Através da própria confecção do trabalho de campo foi possível identificar pontos da relação do homem com o meio ambiente que necessitam de trabalhos específicos.

Por exemplo, a identificação de que toda a comunidade queimava os resíduos não biodegradáveis pela falta de uma coleta regular de lixo. É possível, então, imaginar ações que privilegiem a criação de uma consciência voltada à reciclagem, para a redução dos focos de queima, pois ela pode contaminar o solo ou por em risco a própria comunidade.

Uma das dificuldades encontradas na execução da ação foi em relação à área percorrida. A comunidade quilombola tem 728,22 hectares e não está concentrada geograficamente o que nos obriga um grande deslocamento para garantir que a totalidade da comunidade estivesse inclusa na pesquisa.

4 CONCLUSÃO

A comunidade é predominantemente adulta, vive basicamente da subsistência com maioria dos recursos proveniente do próprio local em que moram. Tem baixa escolaridade e embora possuam água encanada não há sistema de esgoto o que faz com que os dejetos sejam lançados em fossas ou diretamente no rio que abastece a região.

A atividade se encontra em andamento, e outras questões estão sendo levantadas como, por exemplo, a dificuldade na titulação da terra e a influencia de fatores externos no modo de vida dos quilombolas.

Um fato que deve ser levado em consideração em relação a este tipo de ação é a criação de uma expectativa por parte da comunidade. Uma vez estabelecida essa confiança e realizado um trabalho de, de casa em casa, buscar estas informações, é imprescindível que os dados sejam transformados em ações concretas direcionadas a aquela comunidade, sob o risco de perda de confiança ou descrédito de outra ação similar.

Por este motivo, baseado no levantamento aqui arrolado, o Programa Etnoconhecimento para um Etnoreconhecimento (PROETNO) hoje suas ações baseadas no perfil coletado da própria comunidade, com a finalidade de oferecer uma ação que contribuía aquela comunidade e que a ajude com suas dificuldades cotidianas.

GESTÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL NA COMUNIDADE CULTURAL QUILOMBAQUE

Área temática: Cultura

Responsável pelo trabalho: R. RIZZI

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Nome dos Autores: R. RIZZI

Resumo

Este é um projeto que ocorreu no segundo semestre de 2010, através da parceria entre Laboratório de Extensão da EACH-USP e a Comunidade Cultural Quilombaque. Teve por objetivos: capacitar lideranças e organizações com base em modelos de gestão e visão sistêmica, integrada e sustentável; e, através dessa capacitação, articular os grupos culturais da região a fim de que, juntos, possam realizar cada vez mais atividades culturais no local. A metodologia utilizada para atingir esses objetivos e promover a formação baseou-se em técnicas de planejamento e gestão de projetos participativas. O projeto se encontra encerrado, tendo como resultados a realização de um Feira de Artes e uma Tenda de Coletivos Culturais dentro do evento Mutirão Cultural na Quebrada, uma cartilha remontando experiências do curso e as metodologias abordadas, e um site com as informações e produtos do decorrer do projeto.

Palavras-chave: Cultura; Planejamento; Gestão

Introdução

Neste artigo será apresentado o projeto de extensão “Gestão e Desenvolvimento Cultural na Comunidade Cultural Quilombaque” que foi desenvolvido no segundo semestre de 2010.

Este projeto foi gerido por seis agentes extensionistas, sendo três deles da Universidade de São Paulo (USP) e os outros três da Comunidade Cultural Quilombaque. A parceria para o desenvolvimento e realização deste projeto se deu através de conversas traçadas no final do ano de 2009, com vistas ao desenvolvimento de projetos para o Edital do Programa de Extensão Universitária do Ministério da Cultura (ProExt-SP 2009/MINC).

Estabelecida a parceria entre USP, mais especificamente o Laboratório de Extensão da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (LABEX – EACH), e a Quilombaque foram delineadas as necessidades da região noroeste da cidade de São Paulo, a Quilombaque

encontra-se no bairro de Perus e mantém relações com a maior parte dos bairros da região noroeste.

Analisadas as necessidades este projeto propôs a construir, com os diversos grupos culturais da região, conhecimentos sobre elaboração e gestão de projetos, assim como sobre o desenvolvimento da cultura, ressaltando a importância de estruturação de uma rede desses coletivos.

A Comunidade Cultural Quilombaque existe a cinco anos, e tem trabalho aumentando o acesso, da população de Perus e dos bairros do em torno, à cultura, entendendo este acesso como um direito dessa população, assim como uma alternativa à violência.

Os dados que demonstram a importância deste projeto foram a falta de equipamentos de cultura nos bairros do em torno da Quilombaque, sendo estes Perus, Pirituba, Freguesia do Ó/Brasilândia, assim como seus altos índices de violência. Nas tabelas abaixo comparamos dados das subprefeituras acima mencionadas, com a subprefeitura de Pinheiros, área nobre da cidade de São Paulo.

Tabela 1 – Características Populacionais e de Ocupação do Solo por Subprefeitura

Subprefeitura	População	População por Km ²	Favelas ¹
Perus	148.226	2.787,21	35,67%
Pirituba	442.722	8.501,40	13,66%
Freguesia do Ó/ Brasilândia	416.743	12.865,58	20,27%
Pinheiros	233.563	7.505,89	0,91%

¹ Percentual de domicílios em favelas sobre o total de domicílios da subprefeitura.

Fonte: População e População por Km² (Prefeitura de São Paulo, 2008). Favelas (Nossa São Paulo, 2009)

Acima se apresenta uma caracterização geral dos bairros trabalhados em relação ao bairro de Pinheiros. Observa-se que a população de Perus, Pirituba e Freguesia do Ó/Brasilândia somadas chegam a mais de um milhão de pessoas. Além disso, no território destes bairros em média 23% é ocupado por favelas.

Abaixo seguem dados de como essa população é atendida por equipamentos de cultura.

Tabela 2: Equipamentos de Cultura por Subprefeitura

Subprefeitura	Bibliotecas Infanto-juvenis per capita	Cinemas¹	Teatros²
Perus	2,79	0	0
Pirituba	0,59	0	0
Freguesia do Ó/ Brasilândia	0,67	0	0
Pinheiros	4,57	13,36	9,47

¹ Salas de cinema na subprefeitura sobre o total de salas de cinema do município.

² Salas de teatro na subprefeitura sobre o total de salas de cinema do município.

Fonte: Nossa São Paulo, 2009.

Nesta tabela se observa a discrepância entre as regiões da cidade de São Paulo, sendo que os índices de cinemas e teatros nos bairros periféricos da região noroeste de São Paulo são iguais a zero. Desta maneira há um grande desfalque no acesso à cultura dessas populações.

A partir dessa desigualdade se estruturou este projeto de extensão buscando fornecer sustentabilidade para os grupos culturais periféricos, que desenvolvem as mais diversas ações culturais, promovendo o acesso, mas que muitas vezes não se sustentam por conta de dificuldades financeiras e de gestão.

Por fim, ao se levar metodologias de planejamento e gestão aprendidas e estudadas no decorrer do curso e cruzar com os conhecimentos da prática destes grupos, buscou-se atingir os seguintes objetivos:

1. Capacitar lideranças e organizações com base em modelos de gestão e visão sistêmica, integrada e sustentável;
2. Articular os grupos culturais da região a fim de que, juntos, possam realizar cada vez mais atividades culturais no local.

Material e Metodologia

A metodologia utilizada para atingir esses objetivos e promover a formação baseou-se em técnicas de planejamento e gestão de projetos participativas.

O desenvolvimento das atividades se deu no espaço da Comunidade Cultural Quilombaque, onde durante sete sábados, no período da manhã foram desenvolvidas e praticadas metodologias de planejamento e gestão.

Essas metodologias foram baseadas nos seguintes materiais: Educação Continuada:

Gestão de programas e projetos governamentais, da Fundap, O Quadro Lógico: Um método para planejar e gerenciar mudanças, de Peter Pfeiffer e Elaboração de Projetos e Propostas para Organizações da Sociedade Civil, de Rosana Kisil, organizados pelos Profs. Ursula Peres e Hiro Sano para a disciplina de Elaboração de Projetos no Setor Público, do curso de Gestão de Políticas Públicas/USP.

Com essa base teórica se desenvolveu coletivamente um diagnóstico da realidade, utilizando árvore de problemas. A partir dessa análise se trabalhou a elaboração de projetos, olhando para os objetivos através da árvore de soluções e consolidando sua organização em um marco lógico.

Essas etapas foram baseadas no planejamento de um Feira de Artes e de uma Tenda dos Coletivos dentro do evento Mutirão Cultural na Quebrada. A última etapa deste projeto foi a participação dos envolvidos no curso no Mutirão Cultural na Quebrada, colocando em prática o planejamento desenvolvido.

Resultados e Discussões

O projeto se encontra encerrado, tendo como resultados a realização de um Feira de Artes e uma Tenda de Coletivos culturais dentro do evento Mutirão Cultural na Quebrada, realizado em Novembro de 2010 em Carapicuíba, uma cartilha remontando experiências do curso e as metodologias abordadas, e um site¹ com as informações e produtos do decorrer do projeto.

No decorrer deste projeto se obteve diversos dados a partir da aplicação das metodologias, tanto na montagem da árvore de problemas como a de soluções, onde se possibilitou o encontro de olhares sobre a realidade de região noroeste da cidade. Na execução do marco lógico se notou uma dificuldade em planejar.

No geral observou-se um bom envolvimento da comunidade, no caso, os coletivos culturais, o que propiciou o desenvolvimento dos conhecimentos de planejamento e gestão e a articulação destes coletivos culturais.



¹ <http://www.gestaoculturalquilombaue.blogspot.com/>

Conclusão

Os objetivos deste projeto foram alcançados, observou-se um ganho acadêmico na compreensão de diferentes realidades e diferentes saberes, articulando o saber prático e o saber teórico. Além disso, ressalta-se a necessidade de maior implementação de projetos de extensão universitária focados em contribuir na estruturação de grupos de baixa renda que desenvolvem ações no âmbito social.

Referências

- FUNDAP. *Educação continuada: Gestão de programas e projetos governamentais*. Em Planejamento e Gerenciamento de Projetos. São Paulo: Fundap, 2006.
- KISIL, Rosana. *Elaboração de Projetos e Propostas para Organizações da Sociedade Civil*. São Paulo: Editora Global, 2001.
- Nossa São Paulo. *Indicadores Básicos da Cidade de São Paulo*. 2009. Disponível em: www.nossasaopaulo.org.br/portal/files/CadernoIndicadores2009.pdf
- PFEIFFER, Peter. *O Quadro Lógico: Um método para planejar e gerenciar mudanças*. Em: Planejamento e orçamento governamental: coletânea / Organizadores: GIACOMONI, James e PAGNUSSAT, José Luis. Brasília: ENAP, 2006. v.2.
- Prefeitura de São Paulo. *Dados Demográficos do Distritos pertencentes as Subprefeituras*. 2008. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758

MULHERES EM MARÉ: PROTAGONISMO DAS MARISQUEIRAS NO MUNICÍPIO DE MADRE DE DEUS - BAHIA

Direitos humanos e Justiça: Organizações populares

Responsável pelo Trabalho: Clezilda Borges dos Santos

Instituição: Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Autoras: Ana Cláudia S. Domingos¹; Clezilda B. dos Santos²; Sandra Tereza de Freitas³

RESUMO

O presente artigo resulta de ações extensionistas desenvolvidas no município de Madre de Deus - Bahia, através do Programa Maré de Saberes, da Universidade Federal da Bahia. O programa enquanto extensão é o elo entre a Academia e as comunidades tradicionais – nesse caso específico as mulheres trabalhadoras da pesca com foco no desenvolvimento auto-sustentável, com respeito à diversidade cultural local. Em Madre de Deus, as mulheres trabalham no mangue desenvolvendo várias atividades e tem dupla jornada de trabalho, sendo assim mulheres, mães, companheiras, além disso, são líderes e militantes de associações e colônias de pescadores. Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo compreender como as mulheres marisqueiras se organizam nas entidades de pesca a fim de que os seus direitos sociais sejam assegurados. A pesquisa é caracterizada como de observação etnográfica com um olhar crítico sobre as mulheres trabalhadoras da pesca artesanal no município de Madre de Deus-Ba. Como as ações ainda estão em construção, não há resultados finais, no entanto, a primeira ação na comunidade foi percebida através da fala dos sujeitos de como tiveram progressos na representação feminina nas entidades de pescadores.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres marisqueiras, direitos sociais, movimentos sociais.

¹ Estudante do curso de Pedagogia da UFBA. Bolsista do Programa de Extensão Maré de Saberes / Edital nº 5 Proext 2010.
Email: ana_csd@hotmail.com

² Estudante do curso de Pedagogia da UFBA. Bolsista do Programa de Extensão Maré de Saberes / Edital nº 5 Proext 2010.
Email: clezzilda@hotmail.com

³ Estudante do curso de Pedagogia da UFBA. Bolsista do Programa de Extensão Maré de Saberes / Edital nº 5 Proext 2010.
Email: sandratereza@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

Na história do Brasil, as mulheres sempre estiveram presentes em movimentos sociais, políticos e culturais. A luta das mulheres da pesca, contra as formas de opressões no que tange a discriminação e às contradições de gêneros, tem tido progressos notáveis no campo dos direitos sociais e humanos, embora existam grandes desafios no sentido de ampliar os direitos básicos de sobrevivência, tais como: educação, saúde, habitação e financiamento para pesca artesanal.

Nessa perspectiva, a Universidade enquanto instituição pública tem o compromisso político-social de se articular com as comunidades populares, a fim de construir relações e nexos entre a prática e a teoria colocando os atores sociais para vivenciar a construção do conhecimento.

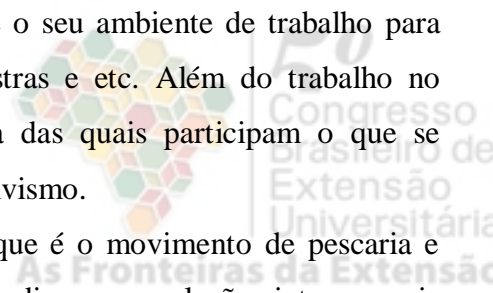
As ações extensionistas do Programa Maré de Saberes- UFBA no contexto da pesca em Madre de Deus, dá visibilidade as experiências dos sujeitos históricos - sociais reconhecendo as suas problemáticas para a construção coletiva de ações. Assim como, a valorização e o reconhecimento dos movimentos sociais enquanto políticas públicas.

O município de Madre de Deus está localizado em uma área do litoral do Recôncavo Baiano, possui área de 11.141 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2007 a população era de 15. 432 habitantes. Possui um Centro Industrial, com a presença também do Terminal Marítimo da Petrobras que devido aos vazamentos de óleo ocasiona transtornos ecológicos que afetam diretamente a pesca artesanal.

A pesca artesanal, segundo informações da Bahia Pesca (órgão de administração mista do Governo da Bahia), diz respeito à atividade comercial realizada exclusivamente pelo trabalho manual dos pescadores e pescadoras, que utiliza embarcações de médio e pequeno porte e equipamentos (petrechos), além de insumos utilizados adquiridos nos comércios locais.

No município, a pesca artesanal é composta por 60% de mulheres marisqueiras. Elas são chamadas assim por que fazem do mangue o seu ambiente de trabalho para obter a renda através da extração dos mariscos, ostras e etc. Além do trabalho no mangue elas exercem liderança entidades de pesca das quais participam o que se constitui uma prática de atuação, interação e cooperativismo.

O desenvolvimento na sua área de produção que é o movimento de pescaria e mariscagem grassa pela evidência de mudança de paradigma nas relações interpessoais



entre líderes e liderados, há uma grande dificuldade de trabalho, e o pescado, o marisco é a esperança para as famílias destas mulheres. Nesse sentido, o trabalho busca investigar como as mulheres marisqueiras se organizam para que os seus direitos sejam assegurados.

MÉTODO E METODOLOGIA

Este trabalho está em desenvolvimento. Inicialmente foi realizada uma visita de campo ao município, a fim de conhecer a organização das mulheres marisqueiras e as representantes das entidades da pesca do município, Maria Zilda presidente da APEMAC – Associação de Pescadores e Mulheres Marisqueiras e a presidente da Colônia de Pescadores, Maria Angélica

O segundo momento se deu pela participação dos monitores extensionistas junto à comunidade para o desenvolvimento de uma ação de educação ambiental de limpeza do mangue, organizada pela APEMAC, com a parceria da Colônia de Pescadores e da Secretaria de Meio Ambiente do município.

Este projeto está programado até o mês de Dezembro 2011, para acontecer com oficinas temáticas, palestras, confecção de trabalhos manuais, busca de parcerias para aquisição de serviços, assim estaremos trabalhando a linha do tempo de forma humanista para conhecer a diversidade, gastronomia, cultura, danças, festas populares, músicas, casos, troca de saberes entre estudantes extensionistas e as mulheres marisqueiras de Madre Deus.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na formação histórica e cultural da sociedade, homens e mulheres são demarcados por papéis que os tornaram desiguais. Para Fagundes (2005), essas demarcações sociais caracterizam os homens com atributos que remete a idéia de poder, superioridade, dominação, participação no domínio público em detrimento das mulheres que são referendadas por atitudes de submissão, subserviência, limitação ao espaço de domínio privado.

A dicotomia entre o domínio a esfera pública e privada, demonstra as diferenças funcionais e biológicas entre os gêneros. Tais diferenças também permeiam o universo da pesca artesanal quando nota-se a predominância dos gêneros em dois ambientes caracteristicamente distintos: o mar e o manguezal.

No mar, os homens exercem atividade pesqueira (coleta de peixes) em lugares afastados do mangue, enquanto as mulheres juntamente com os filhos ficam restritas as atividades da mariscagem (coleta de mariscos) no espaço do manguezal, ou seja, na praia.

Nessa perspectiva, o mar se configura como um espaço de poder para os pescadores, pelo fato de atribuírem capacidade física, potencialidade e destreza, em detrimento do manguê é entendido como a extensão das atividades domésticas e de cuidado aos filhos.

A prática de tal divisão representa um grande desafio para as mulheres marisqueiras, pois, elas sempre levam desvantagens no que se refere à visibilidade do seu trabalho, ao reconhecimento ou importância de seus direitos trabalhistas, entre outros.

Segundo as pesquisadoras Melo, Lima & Stadtler no artigo: *O trabalho das pescadoras artesanais: “coisa de mulher”*, o trabalho das pescadoras e suas especificidades sofrem esquecimento quando da elaboração de políticas públicas para o setor. As pescadoras continuam lutando para ter acesso às colônias de pescadores, para o reconhecimento dos direitos e deveres trabalhistas e previdenciários e para ter acesso ao crédito, além das demandas por educação, saúde e moradia. Embora seja uma dura realidade de muitas mulheres marisqueiras do Brasil, em Madre as marisqueiras, já tem garantido seu espaço nas Colônias de pescadores (as), no entanto, ainda há poucos avanços no que se refere a políticas públicas.

Portanto, a participação delas em organizações, tais como associações e colônias de pescadores (as) são de extrema importância, atitudes como essa darão empoderamento às pescadoras, no sentido de terem liberdade e autonomia para lutar contra as desigualdades de gênero, e de transformar suas próprias vidas.



Figura 1: Maria Zilda, Presidente da APAMEC- Associação de Pescadores e Mulheres Marisqueiras



Figura 2: Maria Angélica, Presidente da Colônia de pescadores

CONCLUSÃO

O fortalecimento coletivo resulta em ações possivelmente efetivadas em uma situação corporativa, observando o programa Maré de Saberes com as mulheres marisqueiras de Madre Deus- Bahia nos faz pensar nessas mulheres como, sujeitos de direitos, enquanto integrantes de uma coletividade, discutindo os direitos humanos, na

construção de novos saberes como, uma ação emancipatória da Sociedade civil organizada percebemos uma tensão dialética entre a regulação social e política dos direitos humanos.

Até sugerimos que há uma utopia com referência aos direitos humanos, “iguais para todos” quando há tantas diferenças inferiorizando as classes sociais. Os movimentos sociais em sua luta pelas igualdades sociais se pontuam nas questões de gênero, para nós estudantes, junto às mulheres marisqueiras de Madre Deus- Bahia houve um grande avanço.

Isto nos leva a refletir sobre as violações na história dos direitos humanos, com o olhar reflexivo acerca das questões de gênero e a educação em direitos humanos para as Mulheres Marisqueiras no Programa Maré de Saberes.

REFERÊNCIAS

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. **Construindo identidades**. In: Mulher e pedagogia: um vínculo re-significado. Salvador: Helvécia, 2005.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **Gênero e pesca: 30 anos de registro geral da pesca. Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.**

Disponível:<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278250506_ARQUIVO_ROSARIO_Texto_Competo_FG9.pdf>. Acesso: 19 jun 2011 às 14: 20h.

MELO, Maria de Fatima Massena de; LIMA, Daisyvângela E. da S.; STADTLER, Hulda Helena Coraciara. **O trabalho das pescadoras artesanais: “coisa de mulher”.**

Disponível: http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt1/gt1_36.pdf. Acesso: 24 jun 2011 às 03: 09 h

SILVA, Luciene Assunção. **Mulheres marisqueiras e o uso de “novas” tecnologias no recôncavo baiano – uma reflexão crítica feminista sobre as intervenções do estado em comunidades tradicionais.**

Disponível:<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277871472_ARQUIVO_artigofinalfazendogenero9.pdf>. Acesso: 24 jun 2011 às 02: 18 h. **Pesca artesanal.**

Disponível<<http://www.bahiapesca.ba.gov.br/pesca-artesanal>>. Acesso: 29 jun 2011 às 22: 08 h.

ORGANIZAÇÃO POPULAR PARA O TRABALHO: A FORMAÇÃO DO GRUPO PARA A FORMALIZAÇÃO DE UMA COOPERATIVA

Área Temática: Trabalho

Responsável pelo trabalho: Geraldino Carneiro de Araújo

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / Câmpus de Paranaíba (UFMS/CPAR)

Autores: Isadora de Souza Lopes¹; Geraldino Carneiro de Araújo²; Marina Cardoso de Oliveira³

Resumo: O município de Paranaíba-MS ainda possui um grande problema, o lixão. Nesse cenário catadores informais buscavam por material reciclável em meio ao entulho e estavam sujeitos à contaminação de doenças. Com o intuito de desenvolver a sustentabilidade no município, instituições públicas e privadas em conjunto, tiveram interesse em criar uma cooperativa, para gerar renda aos trabalhadores e uma melhora qualidade de vida, tanto aos futuros cooperados quanto ao município. Para que este projeto fosse concretizado foi necessário realizar reuniões coordenadas por professores e universitários as quais convidassem os interessados, através de divulgação em rádios, as quais foram reuniões semanais, em sala cedida por uma escola pública. Depois de muitas reuniões a cooperativa foi formalizada com o nome de COOREPA (Cooperativa Recicla Paranaíba). O lixão continua sendo um problema, mas com um nível menor de preocupação, pois algumas pessoas optaram em trabalhar na COOREPA e os que não optaram, possuem o conhecimento de que no momento em que quiserem fazer parte da cooperativa, as portas estarão abertas. Atualmente, a cooperativa está atuando há um ano, gerando renda e dignidade aos seus cooperados para uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Geração de Renda; Cooperativa de Reciclagem; Inclusão Social.

1. Introdução

O consumo gera resíduos e estes precisam ser destinados para algum lugar. Em Paranaíba-MS todo o material coletado era destinado para o lixão, que era (e ainda é) um grande problema, pois não há mais espaço para despejar todo o lixo, e o principal existem pessoas que moram neste local, catadores que buscam por materiais recicláveis em meio à sujeira, correndo risco de contaminação e perdendo qualidade de vida (JAMES, 1995). Por esse motivo, houve a necessidade de se criar uma cooperativa ou associação em que comercializasse o material reutilizável para que diminuísse em maior parte os dejetos (OLSON, 1999).

A iniciativa de se abrir uma cooperativa de reciclagem no município iniciou-se com a ideia da gerente do Banco do Brasil em estimular um empreendimento social devido ao programa DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável, a partir de então, em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente se deu o início das atividades. Depois de algumas reuniões percebendo não obter êxito, entraram em contato com a diretora do Câmpus de Paranaíba da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAR), para que esse

1 Acadêmica do curso de Administração (UFMS/CPAR).

2 Professor Assistente (UFMS/CPAR), coordenador de projeto de extensão, e-mail: geraldino.araujo@ufms.br

3 Professora Assistente (UFMS/CPAR), coordenadora de projeto de extensão.

projeto se tornasse realidade.

A diretora, sabendo que alguns professores da universidade se interessavam pela temática socioambiental, os comunicou sobre o projeto. Esses professores abraçaram a causa, e assumiram o compromisso de coordenar tal iniciativa. O objetivo desta ação de extensão foi reunir pessoas interessadas em abrir uma cooperativa de reciclagem.

2. Material e Metodologia

Para reunir o grupo de futuros cooperados foram feitas reuniões semanais, que eram organizadas pela UFMS/CPAR (dois professores e cinco alunos), em algumas destas contava-se com a presença dos gerentes do Banco do Brasil e da Secretaria do Meio Ambiente, tais reuniões ocorriam em uma escola municipal no bairro do Santo Antônio, no horário das dezessete e trinta. De início, as reuniões eram na terça-feira, mas transferiu-se para a quarta-feira, de acordo com os futuros cooperados. As discussões eram feitas em salas de aula, com as carteiras organizadas em círculo para que cada indivíduo olhasse um para o outro, para que assim fossem se conhecendo.

Os materiais utilizados em todos os momentos foram papéis sulfite, papel pardo, cartuchos, cartolinas brancas (para improvisar uma tela para projeção), canetas, lápis e tesoura. Os equipamentos que foram utilizados foram computador, impressora, internet, calculadora, máquina fotográfica e kit-multimídia.

3. Resultados e Discussões

Os professores buscaram parcerias com a OCB-MS (Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado de Mato Grosso do Sul) e a Ativa Contabilidade (uma empresa local de consultoria) para dar maior suporte ao processo de formalização. A Prefeitura Municipal de Paranaíba se propôs a oferecer a infraestrutura e a coleta seletiva, em que os catadores fariam somente a separação e o comércio dos materiais coletados. Com isso, os primeiros passos foram visitar as rádios e os jornais do município para convidar os catadores informais interessados em criar uma cooperativa para as reuniões.

As reuniões eram coordenadas por uma equipe formada por dois professores (um administrador e uma psicóloga) e um grupo de cinco alunos dos cursos de Administração e Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Paranaíba (UFMS/CPAR). As primeiras reuniões para o processo de formação foram em abril/maio do ano de 2009, essas eram realizadas semanalmente, e a cada reunião, eram grupos de pessoas diferentes, a qual a cada semana tinha que repetir as pautas das reuniões anteriores para que ninguém se perdesse no assunto. Nestas reuniões eram basicamente para instruí-los, a equipe, por vezes os professores por vezes os acadêmicos, expunham sobre as vantagens e responsabilidades do trabalho cooperado visando esclarecer dúvidas e promover a coesão grupal.

Os futuros cooperados tinham pressa em trabalhar, em ver o empreendimento pronto e funcionando. Em uma das reuniões a gerente do Banco do Brasil comparou todo o nosso processo a uma mulher grávida. Dizia que o bebê era a cooperativa, e que o filho não pode nascer da noite para o dia, precisa ser formado, precisa ser amparado pelos médicos, precisa estar pronto para nascer. A metáfora do bebê esclareceu para todos que estavam ali para auxiliar, para fazer nascer uma cooperativa saudável, e que isto demandaria tempo, responsabilidades e envolvimento. Em muitas reuniões ainda foi lembrada a metáfora do bebê. Em uma das reuniões fizemos o exercício de pensar no nome da cooperativa e na missão, os cooperados foram divididos em três grupos e acompanhados por acadêmicos, esta atividade resultou em três nomes: COOREPA – Cooperativa Recicla Paranaíba; CRA – Cooperativa Reciclar Ambiental e Cooperativa de Reciclagem Star. Por escolha dos

cooperados o nome da cooperativa passou a ser COOREPA – Cooperativa Recicla Paranaíba (Figura 1).

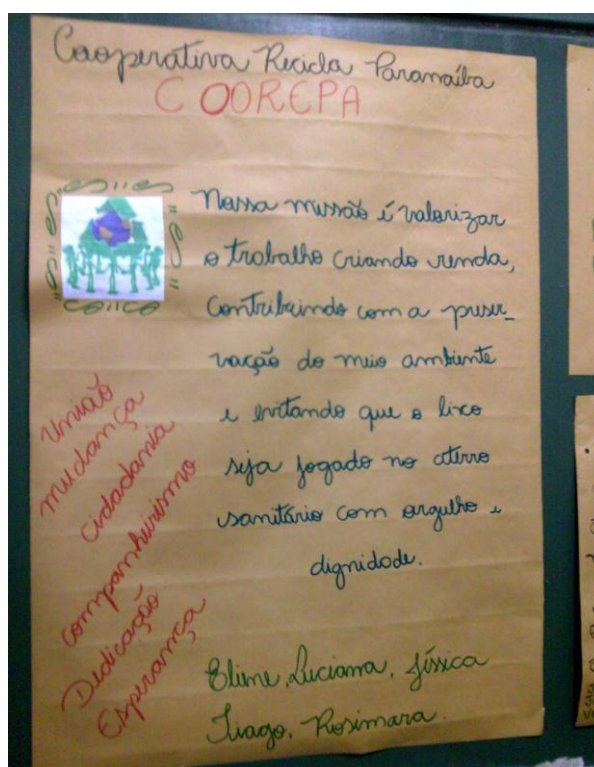


Figura 1: Nome da Cooperativa

Fonte: Acervo da COOREPA

Os temas eram definidos pelos professores, discutidos com os alunos, de acordo com as reuniões anteriores, desta forma os temas tratavam, na maioria das reuniões, sobre o que é uma cooperativa, como se trabalhar, agir e pensar como equipe, discutidos com trocas de experiências de cada uma das pessoas. Por alguns momentos o sentimento era que não se conseguiria formalizar a cooperativa. A equipe passou a incentivar a presença em todas as reuniões, e também a convidar pessoas conhecidas para participarem da cooperativa.

O SEBRAE foi convidado a participar do projeto e ofereceu cursos profissionalizantes e de capacitação aos coletores, para que estes estejam preparados antes de começarem suas ações. Uma vez que se conseguiu um grupo de pessoas que participavam regularmente das reuniões passou-se a decidir qual seria o nome, a missão, a visão e os valores da cooperativa de reciclagem da cidade, fizeram treinamentos, se seria mesmo cooperativa ou associação e a criação do estatuto social da organização (DUPAS, 2001).

Para o desenvolvimento do estatuto social a equipe reuniu três modelos para apresentar para os futuros cooperados. A OCB-MS nos indicou um modelo que eles já possuíam, a partir de então em cada reunião discutiam os artigos do estatuto, fazendo alterações aqui e ali para adequar a realidade da COOREPA.

O grupo se consolidou depois de oito meses, com aproximadamente 28 pessoas, o objetivo inicial de reunir catadores informais que queiram abrir uma cooperativa, o que não foi totalmente alcançado, pois o grupo foi formando também por pessoas que estavam desempregadas. Para se consolidar, no início, havia muita desconfiança, pois os catadores informais achavam que a cooperativa era da prefeitura municipal e não deles, e que tal

negócio não iria prosperar, pois já havia realizado uma tentativa que foi frustrada. Depois de várias reuniões, eles se convenceram de que ia dar certo e já estavam ansiosos para trabalhar e já queriam estar em ativa. Com isso, o gerente do Banco do Brasil afirmou a eles que, um projeto dessa magnitude tem uma comparação significativa, “a cooperativa é como um filho, não se tem do dia para a noite”, frisava que tem o tempo certo de nascer; esse termo “filho” é utilizado até hoje em reuniões.

Com quase tudo organizado, faltava o local a ser disponibilizado pela prefeitura. Dentre muitas ideias decidiu-se em implantar a cooperativa no bairro Santa Rita de Cássia. A primeira reunião o pessoal da comunidade do bairro não queria permitir por conta do possível mau cheiro e atração de moscas a região, e até realizaram um abaixo assinado contra a sua instalação com 150 assinaturas. Houve muitas desavenças por conta da implantação do local, inclusive derrubaram os muros do local (denominado centro comunitário) duas vezes, com a suspeita de serem moradores contra a instalação da cooperativa. A equipe se envolveu no sentido de conscientizar a comunidade sobre as atividades da COOREPA.

Por fim, com uma reunião em que a prefeitura realizou para reforçar o argumento que não haveria mau cheiro e nem o aumento de insetos devido o material coletado ser classificado como seco, ou seja, sem lixo orgânico envolvido; outro argumento em que foi fundamental para a sua aprovação foi que, o centro comunitário do Bairro de Santa Rita de Cássia além de ser o principal foco da dengue é um grande ponto comercial de drogas a comunidade.



Figura 2: Inauguração da COOREPA

Fonte: Acervo da COOREPA (Beto Brito)

No dia 09 de junho do ano de 2010, a cooperativa foi inaugurada com grande louvor, nasceu o bebê (Figura 2).

4. Conclusão

A COOREPA, mesmo com dificuldades no princípio, está engatinhando, ainda depende e muito do auxílio da UFMS/CPAR. Os professores e acadêmicos adquirem muito conhecimento na aplicação da prática dos conhecimentos teóricos; com experiências proveitosas – em especial para os futuros profissionais no mercado de trabalho.

Com relação à alteração problema, grande parte dos catadores informais e os indivíduos desempregados estão na cooperativa, infelizmente alguns catadores e pessoas que trabalhavam no lixão não quiseram se vincular a COOREPA continuam com suas atividades, alegam que estão acostumados com o que fazem, que gostam de trabalhar sozinhos e que não querem ter horário, mas sabem que podem fazer parte a qualquer

momento. Aos cooperados vinculados pode-se perceber que a COOREPA gera dignidade, trabalho e renda (SACHS, 2003).

O município tem um grande ganho nisto tudo, a COOREPA além de ajudar o meio ambiente, ajudam famílias a obter renda e trabalho e o principal, evitando acúmulo de valiosos materiais recicláveis nos lixões do município.

Referências

DUPAS, G. *Economia global e exclusão social*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

JAMES, B. *Lixo e reciclagem*. São Paulo: Scipione, 1995.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp, 1999.

SACHS, I. *Inclusão social pelo trabalho*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

OS DESAFIOS DA PRÁXIS EXTENSIONISTA NO FAZER DIÁRIO COM GRUPOS POPULARES: UM OLHAR SOBRE AS AÇÕES DE UMA INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

ÁREA TEMÁTICA: TRABALHO

RESPONSÁVEL: Maristela Miranda Vieira de Oliveira

INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

AUTORES: Maristela Miranda Vieira de Oliveira¹; Marisa Oliveira Santos²

Resumo: A práxis extensionista com grupos populares característicos do Movimento de Economia Solidária, a partir do trabalho das Incubadoras Populares, representa uma efetiva oportunidade de articular o ensino, a pesquisa e a extensão, integrando os diversos saberes produzidos e reproduzidos no meio acadêmico, e buscando responder aos desafios inerentes a uma proposta de intervenção junto a grupos produtivos que se mostre apta e aberta à transformação, atuando na produção do conhecimento através de um processo dialógico entre os agentes acadêmicos e os grupos atendidos. Nesse sentido, esse artigo apresenta a relação entre o fazer extensionista e a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Em seus dois anos de atividades, ficou visível a necessidade de criação de estratégias a fim de superar desafios do fazer extensionista que em alguns momentos vão de encontro ao planejamento da Incubadora, tais como: dificuldades de financiamento, rotatividade de professores e alunos e custo pessoal a que se expõe a equipe no dia a dia das ações. Tudo isso imprescindível ao sucesso da metodologia de acompanhamento para com os empreendimentos sociais.

Palavras-Chave: Extensão. Incubadora. Empreendimentos Populares.

INTRODUÇÃO

A Incubação de Empreendimentos Solidários representa uma forma de aplicar o conhecimento científico desenvolvido na Universidade, através de suas diversas áreas de atuação, em prol de grupos carentes de apoio, acompanhamento e desenvolvimento de técnicas que contribuam para a emancipação social e coletiva, como preza a ideologia da Economia Solidária. A efetividade da metodologia utilizada para acompanhar os grupos incubados promove o descortinar de inúmeros novos objetos de pesquisa, realimentando conceitos e pressupostos das mais diversas áreas do conhecimento.

Segundo Cruz (2004) a primeira Incubadora tecnológica de Cooperativas Populares data de 1996, a partir de uma ação da Universidade Federal do Rio de Janeiro que tinha como objetivo criar um ambiente propício para o desenvolvimento das tecnologias sociais pesquisadas até aquele momento. Hoje, estando presente em inúmeras Universidades, as Incubadoras representam uma Tecnologia Social e conseguem reunir, em uma ação multi e interdisciplinar, o conhecimento produzido pelo quadro de docentes, a experiência de técnicos

¹ Mestre em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional e professora do Curso de Administração da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. maristelamvo@gmail.com

² Mestre em Gestão Ambiental e professora do Curso de Administração da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. momarina@gmail.com

e a contribuição dos estudantes, buscando viabilizar o desenvolvimento socioeconômico de grupos populares através da formação de cooperativas.

Uma vez contextualizada a importância da incubadora e o papel das universidades na promoção das mesmas, e entendendo esta como um aporte de relevada significância em função do conhecimento que é gerenciado pela academia, tal instrumento extensionista depara-se com o grande desafio de conciliar a sua essência com a perspectiva de sustentabilidade, posto que seus atores enfrentam neste repto as limitações de financiamento, a própria crença nos propósitos planejados, somado a isso o custo pessoal inerente a ação com desprendimento de tempo, este último muitas vezes tomado numa atemporalidade de quem se debruça em um projeto e traça um vínculo de co-responsabilidade pelo sucesso do mesmo, considerando as demandas do grupo e a imagem a ele veiculado.

METODOLOGIA

Conforme assinala Cruz (2004) é difícil identificar uma única forma metodológica na condução das Incubadoras de Cooperativas Populares, isso devido ao fato de que cada uma atua em um ambiente próprio, com diferentes nuances de métodos e técnicas, considerando, para tanto, a cultura acadêmica e institucional própria de cada Universidade em confronto com as características específicas de cada comunidade ou grupo atendido.

O processo de Incubação na UESB é realizado através de uma metodologia que está sempre em construção, considerando não só as necessidades dos empreendimentos solidários, como também os rumos, limites e perspectivas da Incubadora e da Universidade no cumprimento de seu objetivo maior que é o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, busca seguir uma linha baseada na pesquisa-ação participativa, onde a partir de interações iniciais junto ao público alvo, espera-se que a equipe desempenhe um papel ativo através de uma proposta de organização, acompanhamento e avaliação das ações.

As etapas de Incubação seguem três passos principais: Pré-Incubação: quando ocorrem ações no sentido de criar uma aproximação entre a Incubadora e o grupo de interesse (aproximadamente 90 dias); Incubação: fase em que o grupo já se encontra legalmente constituído e que a incubadora presta assessoria em relação à gestão e formação dos integrantes do empreendimento (aproximadamente 03 anos); Desincubação: fase em que, já sendo identificado a autonomia e autogestão do grupo, estando este fortalecido para dar continuidade aos processos de gestão, produção e comercialização, inicia um processo de desvinculação gradativa da Incubadora (4º ano de acompanhamento).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o tempo de atividade da Incubadora foram contactados 03 grupos para fins de sensibilização. São eles: um grupo de garimpeiros da região, um grupo de catadores de materiais recicláveis e um grupo de artesãs. Este trabalho focou o grupo de artesãs por ser aquele que mais respondeu às expectativas do projeto, bem como vem colhendo resultados consideráveis nesses 03 anos de acompanhamento.

A Cooperativa de Artesanato do Sudoeste da Bahia Criar e Recriar reúne as participantes das Oficinas de Flores de Palha de Milho, Oficinas de Reciclagem e Oficinas de Crochê e Tricô oferecidas pelo Centro de Extensão da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. O trabalho de acompanhamento com esse grupo revelou vários desafios para a Incubadora, como também muitas conquistas frente à metodologia de incubação.

A primeira demanda da Incubadora, no início do acompanhamento do grupo de artesãs foi relacionada à infraestrutura. Primeiro por conta da expectativa de apoio proposta por um órgão financiador que apontou a possibilidade de disponibilizar recursos para viabilizar as ações da Incubadora. Após 12 meses de espera, entre inúmeros contatos, encaminhamento de vários relatórios e muitas planilhas de cotações, o recurso nunca chegou, causando uma grande desmotivação na equipe que iniciava a construção da Incubadora. A espera gerou conflitos internos e desgaste nas relações entre a equipe, culminando com a divisão do grupo em duas frentes, cada um partiu para um lado na tentativa de dar continuidade ao objetivo maior que seria o acompanhamento de grupos populares. A equipe inicial composta por 14 colaboradores, entre professores, técnicos e alunos, se dividiu ficando um grupo de 03 professores utilizando o espaço cedido pela Universidade, fora do campus, considerado um espaço mais próximo das comunidades que seriam sensibilizadas; e o outro grupo, também com alguma perda de pessoal, procurou dar prosseguimento ao trabalho, porém com metodologia própria e em espaço diferenciado.

O pequeno grupo com 03 professores submeteu novamente o projeto recebendo ajuda de R\$ 3.000,00 como financiamento interno de projetos de extensão e o pagamento de uma bolsista durante 01 ano. Ressalta-se que do valor recebido só foi possível utilizar 60% por conta de atraso no processo de compras e dificuldades na liberação de recursos financeiros. A pouca agilidade na disponibilização dos recursos aprovados no projeto, fez com que os mesmos só fossem entregues no segundo semestre daquele ano, portanto com seis meses de atraso, acarretando muita dificuldade durante o primeiro semestre, prejudicando os resultados esperados das ações. A fim de se adaptar à nova realidade, ou seja, uma equipe reduzida e um orçamento mínimo, a Incubadora cancelou algumas ações que demandariam mais recursos

financeiros e materiais, diminuiu o número de grupos a serem acompanhados, deixando de dar assistência aos catadores e aos garimpeiros.

Em relação à integração acadêmica foi observado que a bolsista, apesar de muito competente e comprometida com as atividades, foi prejudicada por atrasos constantes na bolsa monitoria, o que fazia com que a estudante tivesse que se dedicar a outras atividades, desviando a sua atenção da Incubadora em alguns momentos.

No segundo semestre de 2010 foi atraído um grupo de 20 estudantes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis que se dispôs a atuar, como voluntários, desenvolvendo pesquisas e acompanhando as ações do projeto. Após um semestre, apenas 03 estudantes permaneciam desenvolvendo pesquisas com o grupo, os demais se afastaram por motivos diversos, mas principalmente por necessidade de trabalhar ou então por não ter tido apoio de algum professor na Incubadora, uma vez que no ano de 2010 a equipe contou com apenas 02 professores da área de Administração, que se comprometeram com três alunos, o terceiro professor saiu para Doutorado.

Apesar de todos os desafios apontados, presenciaram-se ganhos em relação aos resultados obtidos para com a comunidade. Nesse sentido, as artesãs vem demonstrando cada vez mais a apreensão das tecnologias sociais implantadas pela Incubadora tais como o cálculo para formação de preços, técnicas de vendas e propaganda, além de mostrarem-se cada vez mais envolvidas nas ações da Cooperativa através de processos de tomada de decisão e gestão de ações de interesse comum.

Outrossim, não pode passar despercebido o impacto social vivenciado por essas mulheres, em sua maioria com idades entre 35 a 65 anos que demonstram grande motivação com a criação da cooperativa, apontando o fim de problemas como depressão que sentiam antes da participação no projeto. Relatos também foram observados do orgulho que sentem ao perceberem-se como criadoras e responsáveis pela organização de uma cooperativa.

Diante de todos os detalhes desses dois anos de vida da Incubadora, percebe-se que os desafios vão além de questões financeiras e metodológicas, afinal, convive-se também com os desafios pessoais da equipe de colaboradores. Os conflitos internos não são prerrogativas apenas dos grupos incubados, mas também, daqueles que desejam fazer algo à mais dentro das possibilidades extensionistas. Os professores são motivados pela crença que alimentam do fazer extensão para além das fronteiras da Universidade, bem como para a troca de saber entre academia e as comunidades atendidas. Contudo, também lidam com a desmotivação provocada por extensa carga horária, pelo custo pessoal de estar diante de pessoas que carecem de oportunidades e que se apegam àqueles que trazem uma esperança de mudança. Nessa relação não cabe cumprimento rigoroso de prazos, planilhas e justificativas altamente

fundamentadas num olhar acadêmico e um tanto quanto teórico. Cabe, sim, o disponibilizar-se em prol do outro, uma relação muitas vezes atemporal, onde a vontade de ver a transformação do público-alvo está acima de qualquer empecilho. E se por uma desventura não se pode cumprir com as metas e objetivos, o que resta é um vazio interior de derrota em relação às esperanças que foram criadas junto àquelas pessoas, pois na extensão, nos tornamos cúmplices, na aprendizagem, no crescimento e no entregar-se ao outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

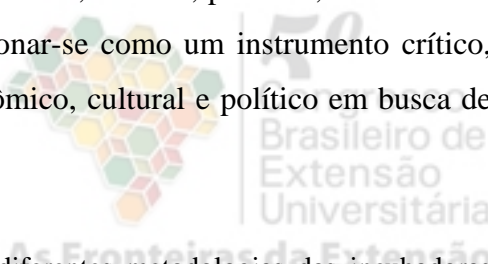
O fazer extensionista com grupos populares revela inúmeros desafios, entretanto, é através desse processo que é possível construir um diálogo entre os agentes acadêmicos e os componentes dos diversos segmentos sociais excluídos do sistema produtivo.

Na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia a Incubadora de Empreendimentos Solidários está inscrita como projeto de extensão continuada. Enquanto projeto de extensão pode contar com a colaboração de professores, alunos e técnicos que se interessam pela temática. Apesar de ser um projeto com valor mínimo estimado em R\$ 30.000,00, a Incubadora foi aprovada com recursos de aproximadamente R\$ 3.000,00, o que criou mais um desafio no cumprimento de suas metas. A solução possível é partir para a captação de recursos externos, contudo, a submissão de propostas é um processo lento, além de ser marcado por muita burocracia e concorrência na disputa por recursos financeiros.

Logo, a realidade da atividade extensionista sugere uma proposta cuidadosa que crie sustentabilidade para os projetos aprovados. É diante dessa realidade que a Incubadora ganha ainda mais complexidade, afinal, o desafio vai além da condução dos grupos para criação de empreendimentos solidários, mas perpassa ainda pela construção de estratégias que respondam a falta de professores, pesquisadores e estudantes que queiram contribuir com o processo de incubação, estratégias para não permitir que os grupos sintam algum impacto na renovação da equipe, algo constante em uma Incubadora, bem como estratégia para permitir a continuidade do trabalho frente à ausência de recursos financeiros de ordem interna ou externa à Universidade. Esses desafios devem estar presentes na metodologia de incubação tornando-a compatível com a realidade das ações de extensão, criando, portanto, um caminho seguro para que a Universidade possa, de fato, posicionar-se como um instrumento crítico, potencializando transformações no âmbito sócio, econômico, cultural e político em busca de novas relações sociais.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Antônio. É caminhando que se faz o caminho – diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas no Brasil. Cayapa – Revista Venezuelana de Economia Social. Vol 4, número 8. Venezuela. CIRIEC, 2004. pp. 38 a 57.



PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PDI

Área Temática: Meio Ambiente

Responsável pelo trabalho: Sônia Maria Teixeira de Matos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – campus Jequié

Sônia Maria Teixeira de Matos¹; Islan Teles Amorim²; Juliete Costa de Oliveira³; Priscila Paredes⁴; Letícia Santos Azevedo⁵

RESUMO

O Projeto Desenvolvimento Integrado – PDI é uma proposta de trabalho multidisciplinar que faz parte de um corpo maior, o Centro Interdisciplinar de Pesquisas Agroambiental – CIPAM – e envolve na sua execução professores, alunos e técnicos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia além de parcerias com instituições governamentais e ONGs, com o objetivo de desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos moradores da área rural do município de Jequié-Ba e resulta de pesquisas realizadas em comunidades rurais na linha do desenvolvimento local sustentável com ênfase na juventude do Campo. Diante dessas questões o que se propõe é o desenvolvimento de ações com base em uma metodologia de intervenção que privilegie uma gestão integrada e a participação da comunidade em todo processo. Para tanto esse projeto muito tem contribuído no desenvolvimento de atividades especificamente no distrito de Barra Avenida, e no povoado da Fazenda Velha, onde através da organização dos jovens dessas localidades foram criados espaços de vivências a partir da implantação dos núcleos de Educação e Desenvolvimento Sustentável com intuito de implementar ações para o desenvolvimento do potencial desses jovens em todos os seus aspectos: social, econômico, produtivo, político, cultural, saúde e meio ambiente. Até o presente momento as atividades realizadas vêm demonstrando o crescimento dos jovens dessas localidades em termos da organização sócio-educativa e da auto-gestão. O PDI é um projeto contínuo onde muito de suas demandas são geradas a partir dos anseios da própria comunidade.

Palavras – chave: Juventude, rural, desenvolvimento sustentável, meio ambiente.



INTRODUÇÃO

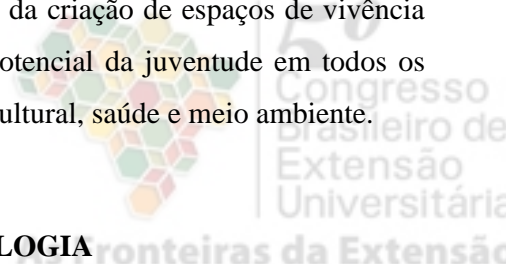
Segundo Boff (2000) à medida que avança a globalização, que o mercado se mundializa e expande-se a fábrica global, o globo terrestre se revela o nicho ecológico de todo o mundo. Muitos são o que passam a reconhecer que o céu e a terra, a água e o ar, a fauna e a flora, os recursos naturais e a camada de ozônio, tudo isso diz respeito a todos, aos que sabem, e aos que não sabem nos quatro cantos do mundo.

O que se observa é que um novo paradigma de desenvolvimento vem provocando uma importante revisão dos conceitos e dos propósitos tradicionais, até pouco tempo relativamente limitado a uma expectativa de crescimento econômico. Essa compreensão acerca do desenvolvimento assume uma nova roupagem a partir do surgimento da expressão Desenvolvimento Sustentável. O que se discute basicamente nesta questão é que os inúmeros problemas ambientais, vivenciados pela humanidade, são decorrentes do crescimento econômico, respaldado em uma ciência e uma técnica, que privilegia o lucro em detrimento da preservação, o econômico em relação ao social, o poder frente à ética.

Para Santos (1997), está na tradição da sociologia preocupar-se com a "questão social", com as desigualdades sociais, com a ordem/desordem autoritária e a opressão social que parecem ir de par com o desenvolvimento capitalista. E para os jovens inseridos na agricultura familiar, o que fazer diante das poucas opções que o sistema lhes oferece? Que dispositivos materiais concretos eles dispõem para fazer face a carência, no seu sentido mais amplo – o da realização pessoal e social? Que dizer então de dispositivos simbólicos que lhes permitam a simbolização de seus “conflitos típicos da juventude” (busca de modelos identificatórios, busca de regulação à crise de identidade), principalmente quando a referência é o urbano?

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é desenvolver ações na área rural do município de Jequié-BA, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, através da criação de espaços de vivência que implementem condições de desenvolvimento do potencial da juventude em todos os seus aspectos: social, econômico, produtivo, político e cultural, saúde e meio ambiente.

MATERIAL E METODOLOGIA



O município de Jequié, BA, possui uma população de 151.921 habitantes (Censo IBGE, 2010) e destes apenas 11.5% da população reside na área rural. Além disso, o município está localizado numa zona de transição entre a Caatinga, a Mata de Cipó e a Mata Atlântica o que lhe confere uma diversidade paisagística muito rica. Desse modo foram escolhidas para este trabalho 2 comunidades rurais inseridas nestes biomas: o distrito de Barra Avenida, localizada na região da Mata Atlântica e o Povoado da Fazenda Velha, na região da Caatinga.

A metodologia respalda-se na participação comunitária através de ações executadas em três setores básicos: Organização Comunitária com o objetivo de elevar o nível sócio-cultural e de organização das comunidades; Meio ambiente com o levantamento de problemas na área de saúde e meio ambiente para intervenções; e Trabalho com o intuito de identificar através das potencialidades locais, as possibilidades de capacitação dos jovens na localidade, como forma de amenizar o êxodo.

O projeto teve início em 2002, com uma pesquisa de dissertação de mestrado intitulada - A Construção das Resistências e do (RE) Significado da Vida no Campo: Perspectivas para a Juventude - com os jovens de Barra Avenida e alguns contatos foram feitos com lideranças locais. Iniciamos as atividades do PDI nas duas comunidades em 2006, com visitas técnicas e contatos com as lideranças, buscando conhecer a realidade e reconhecer a identidade sociocultural das comunidades que compõe o projeto. Ainda neste intuito, foi apresentada aos mesmos a proposta de trabalho, consolidando-se com ações sócio-educativas para referendar a aproximação com a comunidade. Esta etapa foi de extrema importância para que se estabelecessem laços de confiança mútua, com promoção do entendimento e diálogo entre os envolvidos no projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como é um projeto contínuo, até o momento obtivemos alguns resultados interessantes a exemplo da Criação dos Núcleos de Educação e Desenvolvimento Comunitário na Fazenda Velha e Barra Avenida. Realização de um curso com carga horária de 40H intitulado: “Processo Sócio Educativo de Organização Comunitária e Formação de Liderança” na Fazenda Velha com a participação de 20 jovens da comunidade, além do desenvolvimento de oficinas para apresentação do projeto e nas áreas

de Meio ambiente e Sustentabilidade nas duas comunidades. Foram desenvolvidas ainda atividades diversas nas áreas de cultura, lazer e cidadania. Importante ressaltar que as ações acontecem de forma contínua atendendo não apenas o previsto no projeto, mas também as demandas das comunidades.



Fazenda Velha – Curso: Processo Sócio Educativo de Org. Com. e Form. Liderança. Outubro/09



Barra Avenida – Implantação do núcleo. Maio/10



Barra Avenida – Implantação do núcleo. Maio/10



Barra Avenida – Reunião do núcleo. Maio/10

A necessidade de superação, mesmo parcialmente, das carências em que vivem os pequenos produtores na área rural, torna-se cada vez mais urgente. Nesse sentido, a implantação de projetos capazes de gerar resultados sócio-econômicos e ambientais que essas populações possam se apropriar é cada vez mais necessário. As atividades até então desenvolvidas, tem demonstrado que as comunidades envolvidas têm ampliado os seus níveis de organização social fortalecendo os laços culturais na perspectiva da sustentabilidade. Resultado desta organização é a recente implantação de um curso pré-vestibular em Barra Avenida que partiu do desejo e se concretizou na mobilização da comunidade para que o mesmo se realizasse. O pré-vestibular teve suas atividades iniciadas em maio de 2011.

Merece destaque o envolvimento dos professores colaboradores do PDI e dos alunos desta universidade fortalecendo a relação ensino/pesquisa/extensão como resultado dos trabalhos nas comunidades, a exemplo da pesquisa aprovada este ano pela UESB, intitulada: “Perfil Socioeconômico e Expectativa de Inserção Profissional” que será realizada com os jovens da Fazenda Velha.

CONCLUSÃO

Até o presente momento as atividades realizadas vêm demonstrando o crescimento dos jovens dessas localidades em termos da organização sócio-educativa e da auto-gestão. O PDI é um projeto contínuo onde muito de suas demandas são geradas a partir dos anseios da própria comunidade. Como aspectos conclusivos importante destacar os avanços no campo do empoderamento em que essas comunidades se colocam principalmente o grupo de jovens de Barra Avenida que vem conquistando de forma bastante significativa essa autonomia no desenvolvimento de atividades, nos movimentos reivindicatórios, na organização dos eventos culturais, etc. Com relação ao ensino tem sido bastante significativo os resultados obtidos pelos alunos da universidade envolvidos no projeto – no desenvolvimento de oficinas com temas específicos nas comunidades, nas pesquisas realizadas, na participação nos grupos de estudos sobre a temática do projeto e apresentação de trabalhos em eventos técnicos-científicos. Com relação aos jovens da comunidade houve uma aproximação maior entre a Universidade/comunidade.

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. **Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos**. Brasília: Letraviva, 2000;
- DUARTE, Laura Maria Goulart, **Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998;
- Educação para um Futuro Sustentável: Uma Visão Transdisciplinar para uma Ação compartilhada**. Edições IBAMA. UNESCO Brasília, 1999;
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades** (Dados 2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de fev. 2010;
- SANTOS, Boaventura. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

TERTÚLIA AFIRMATIVA

Área temática Educação.

Responsável pelo trabalho: Rita de Cássia dos Santos Camisolão¹

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Nome dos autores:

João Vicente Silva Souza²

Silvana dos Santos Rodrigues³

José Antônio Santos⁴

Palavras-chave: Ações Afirmativas, Educação, UFRGS.

Resumo

A **Tertúlia Afirmativa** tem como objetivo criar um espaço de socialização e debate sobre as temáticas das Políticas de Ações Afirmativas no Brasil.⁵ Nesse sentido, a partir das ações extensionistas que são desenvolvidas no DEDS/PROEXT/UFRGS, vamos refletir sobre os resultados obtidos com a reserva de vagas para estudantes negros, indígenas e oriundos das escolas públicas, e debater com os demais pesquisadores e interessados, sobre os encaminhamentos necessários para o seu aprimoramento.

Introdução

A **Tertúlia Afirmativa** vai partir das experiências de dois Programas e de um projeto de extensão desenvolvidos no Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, que vem criando espaços para a divulgação e a reflexão sobre as políticas de ações afirmativas implementadas na Universidade. O DEDS é um dos Departamentos da Pró-Reitoria de Extensão, que direciona os interesses da Universidade ao diálogo com a sociedade, na busca da troca de saberes que permita encontrar soluções e intervir na realidade respondendo aos anseios dos movimentos sociais organizados. O DEDS vem pautando suas ações de extensão a partir do compromisso da universidade na promoção e na garantia dos valores democráticos da igualdade de direitos. O que também se dado por meio das discussões sobre o acesso à educação superior e do respeito à diversidade sócio-cultural do Estado.

Por meio de seus programas e projetos, o Departamento demonstra que a Extensão atualiza a pesquisa, fortalece o ensino e possibilita que a recíproca desta relação indissociável se realize. A institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista

¹ Licenciada em Letras pela UFRGS; Técnico-administrativa, Diretora do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social / PROEXT /UFRGS.

² Professor do Departamento de Expressão e Movimento do Colégio de Aplicação da UFRGS.

³ Graduanda do curso de Teatro da UFRGS e bolsista do Programa Conexões de Saberes.

⁴ Doutorando em História, Técnico-Administrativo do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social / PROEXT /UFRGS

⁵ Ações Afirmativas configuram-se como políticas públicas que têm como objetivo corrigir distorções históricas responsáveis por desigualdades socioeconômicas de determinados grupos sociais ou étnicorraciais.

administrativo como acadêmico, implica a adoção de medidas e procedimentos que integrem docentes, estudantes e técnico-administrativos da Universidade com as organizações comunitárias, movimentos sociais e instituições governamentais.

Estes objetivos foram perseguidos nas ações extensionistas desenvolvidas no **Programa Conexões de Saberes**; no **Programa de Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico** e no **Projeto Conversações Afirmativas**, além de desenvolverem ações no âmbito das políticas de ações afirmativas.

O Programa Conexões de Saberes, desde sua fase inicial, no âmbito nacional, em 2005, tem como eixo transversal as ações afirmativas tanto no plano do ensino superior, quanto no plano das ações junto às comunidades. O objetivo é possibilitar aos universitários de origem popular, o desenvolvimento de suas capacidades para a produção de conhecimentos científicos e acadêmicos em consonância com seus próprios saberes, formando-os para intervir tanto na Universidade como nos seus territórios de origem. O Programa localiza e acompanha esses jovens na Universidade, e incide na qualificação de suas trajetórias acadêmicas e na valorização de seus saberes, contribuindo para a reflexão acerca do ingresso e permanência qualificada de setores populares na universidade.

O Programa também propõe olhar para fora da instituição, reconhecendo a necessidade de democratizar o acesso e dialogar, tanto com jovens que almejam ingressar nesse espaço universitário, quanto com os saberes que estão alijados da academia. O **Território das Ações Afirmativas**, um dos eixos temáticos do Programa, vem se constituindo em articulação com os eixos das políticas públicas e das práticas e saberes populares. O Território busca divulgar e esclarecer a sociedade sobre o sistema de reserva de vagas, e sobre o funcionamento da Assistência Estudantil na UFRGS, face fundamental da manutenção dos estudantes de origem popular na Universidade.

O Território das Ações Afirmativas vem atuando em escolas de ensino médio do Jardim Universitário, em Viamão, e da Restinga, em Porto Alegre, e em cursinhos pré-vestibulares populares. São promovidas, também, ações de acolhimento aos estudantes cotistas e um mapeamento das ações de pesquisa e extensão que são desenvolvidas na UFRGS sobre a temática das ações afirmativas.

Nessa perspectiva, as ações propostas pelo Programa Conexões de Saberes se inserem num debate mais amplo acerca do papel da Universidade na produção de saberes e sobre sua relação com setores historicamente excluídos do ensino superior. As ações extensionistas evidenciam e potencializam os saberes populares para constituir práticas e espaços em que a conexão de saberes permita outras formas de produção de conhecimento e de relações entre universidade e comunidades populares

Por sua vez, o **Programa Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico** tem por objetivo a construção e a vivência de práticas antidiscriminatórias e antirracistas, que propiciem a compreensão da especificidade do racismo brasileiro, a sensibilização para identificar práticas discriminatórias e a qualificação para a intervenção pedagógica. Nesse sentido, em consonância com a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, o Programa tem realizado atividades de formação continuada junto aos professores da região metropolitana de Porto Alegre. É a oportunidade da Universidade divulgar a produção de conhecimento que vem realizando, assim como trocar experiências entre universitários e demais profissionais da educação.

O **Projeto Conversações Afirmativas** vem realizando as rodas de conversas em espaços da Universidade, enfocando temas relacionados à implementação das políticas de Ações Afirmativas no país. Tem dentre seus objetivos, colaborar para o fortalecimento das Ações Afirmativas criando espaços de reflexão e de integração da comunidade acadêmica e da comunidade externa em torno do tema.

As mudanças na composição étnicorracial e social na Universidade a partir das reservas de vagas implementadas com a Decisão Nº 134/2007 do CONSUN/UFRGS; contribuíram com a diversidade na universidade. Nesse sentido, através de processos de reflexão para o acolhimento dos estudantes cotistas e sua integração à comunidade acadêmica, o projeto também visa a ampliação das oportunidades de permanência na Universidade. O Projeto tem proporcionado à comunidade universitária e à sociedade, mais um espaço de formação sobre as diversas temáticas que envolvem a reserva de vagas.

Desenvolvimento

A **Tertúlia Afirmativa** terá, inicialmente, o relato dos envolvidos em cada uma das ações de extensão da UFRGS, e deverá seguir com a troca de experiências das outras instituições presentes.

Desde o ano de 2001, a UERJ iniciou o processo de ações afirmativas, reconhecido também como cotas ou reserva de vagas no ensino superior, a partir do qual se seguiram uma série de iniciativas nas principais Universidades Públicas Brasileiras. Na UFRGS, em 2010 foi realizado o terceiro vestibular com reserva de vagas nos cursos de graduação. O público alvo foram os candidatos egressos das escolas públicas, autodeclarados negros oriundos do sistema público e vagas suplementares para candidatos indígenas. Este processo, ao reafirmar o compromisso social e a política inclusiva da Universidade, vem gerando mudanças graduais na composição étnicorracial e social de seu corpo discente.

As transformações na Universidade necessitam ser visibilizadas e problematizadas tanto em sua relação com a comunidade universitária das demais universidades brasileiras, assim como no que diz respeito a contribuição para a busca permanente de maior qualificação acadêmica da Universidade.

A **Tertúlia Afirmativa** busca na integração de docentes, estudantes, técnicos e atores sociais externos envolvidos com as Ações Afirmativas nas suas respectivas universidades, desenvolver uma análise crítica sobre as implicações desse novo momento para as comunidades universitárias e a produção de conhecimento acadêmico no país. Será um espaço de reflexão e de integração da comunidade acadêmica que contribua para a superação de algumas incompreensões sobre a implementação deste processo. Neste sentido, as pesquisas recentes sugerem o melhor desempenho dos estudantes cotistas com relação aos demais estudantes, o que contraria a presumida queda do nível acadêmico com a implantação da reserva de vagas.

Inversamente, pretendemos evidenciar que a qualificação da produção acadêmica, em termos da diversidade cultural, etnorracial e de temáticas de pesquisa, está relacionada com a presença da diversidade no âmbito das instituições de ensino superior. Deste modo, **A Tertúlia Afirmativa** se traduz em uma atividade de extensão que se volta ao mesmo tempo ao atendimento das necessidades da comunidade universitária e ao estreitamento dos laços entre a universidade e a sociedade.

A Tertúlia Afirmativa envolverá os coordenadores e demais pessoas que atuam no **Programa Conexões de Saberes, Programa de Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico e Projeto Conversações Afirmativas**, bem como pesquisadores e interessados nesta temática oriundos de outras instituições, com o objetivo de socializar as ações extensionistas e debater os resultados que estão sendo obtidos.

Resultados e Encaminhamentos

As ações até então desenvolvidas em cada um dos programas acima citados se constituem em oficinas, rodas de conversa, fóruns de discussão e seminários, podendo ser citados:

Conversações Afirmativas: 1. Conversação preparatória (junho/2010), com Secretaria de Assistência Estudantil da UFRGS, Pró-Reitoria de Graduação, Comissão de Acompanhamento das Ações Afirmativas, tutores e monitores de estudantes indígenas, membros de comissão de graduação e estudantes. 2. Conversação “Educação na diversidade e excelência acadêmica”, com a presença do Prof. Dr. Valter Roberto Silvério (UFSCar). 3. Conversação “Escola Pública e Universidade”, com redes municipais de ensino de Alvorada e Sapucaia do Sul, integrantes do Programa de Educação Anti-racista no Cotidiano Escolar e Acadêmico. 4. Conversação “Povos indígenas na Universidade - a contribuição da universidade para os povos indígenas e a contribuição dos povos indígenas para a universidade”, com a presença de Marco Terena (Diretor do Memorial dos Povos Indígenas, Membro da Cátedra Indígena Itinerante, Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena) e estudantes indígenas. 5. Seminário “Saberes Afro-brasileiros como ferramentas pedagógicas”, com Prof. José Maria Wiest, Prof. Valter Silvério e Prof. José Rivair. 6. Seminário “O pós-abolição no ensino de História”, com o Prof. Álvaro Pereira do Nascimento. 7. Seminário “Desigualdes Raciais no Brasil e Impactos na Educação”, com Prof. Marcelo Paixão.

Além disso, a partir da promoção de um curso voltado para a educação das relações étnico-raciais, realizado em 2010 dentro do Programa de Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar e Acadêmico, o departamento lançará duas publicações dentro da Série Diversidades⁶ da Editora da UFRGS.

Uma das articulações do Território de Ações Afirmativas que está sendo implementado é um “braço” do Observatório de Ações Afirmativas, um banco de ações, publicações e currículos de pesquisadores da temática a ser disponibilizado para pesquisa nos próximos meses.

Espera-se com a **Tertúlia Afirmativa** uma maior capacitação dos envolvidos nas ações de extensão e demais participantes; o reconhecimento das diferentes experiências de políticas afirmativas levadas a cabo por todo o país; a avaliação dos avanços políticos e sociais e sobre o desempenho dos estudantes cotistas; a troca de informações e experiências para a melhoria das condições de ingresso e manutenção dos cotistas; o fortalecimento das discussões bem como a ampliação dos parceiros para a construção de um fórum de debates sobre as políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras.

⁶ Linha Editorial que apresenta estudos e experiências no campo da educação da diversidade sócio-cultural que articula a extensão universitária ao ensino e à pesquisa, fortalecendo o compromisso institucional com as políticas de promoção social e possibilitando o acesso a obras relevantes para os diferentes segmentos sociais.



UMA ASSOCIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL: PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Área temática: Educação

M. BARBOSA

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

H. MONTEIRO

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

DR^a F. BARROCAS

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

RESUMO:

Este artigo surgiu através da participação do grupo de estudo do projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, intitulado: “**Apoiando o Familiar Cuidador do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial**” do Curso de Pedagogia. Tal projeto ainda está em andamento, sendo assim, os resultados aqui apresentados são parciais. No paradigma de atendimento preconizado pela recente reforma psiquiátrica brasileira, procura-se a reintegração social do portador de transtornos mentais, por meio de serviços abertos – CAPS. O estudo surgiu de observações e reflexões acerca da dificuldade do portador de transtorno mental de ser inserido com dignidade e respeito na sociedade. A Reforma Psiquiátrica aborda questões relacionadas à inclusão do doente mental, porém a grande maioria encontra-se em condições de exclusão. Como metodologia, utilizamos a fenomenológica, que propõe o conhecimento e a análise da própria realidade, para depois transformá-la, bem como a abordagem qualitativa e participativa. Como resultado parcial obtivemos a organização de uma associação, que surgiu como uma agenciadora social que proporciona ao doente mental um espaço de formação cidadã, buscando através de ações participativas, reconstruir a autonomia e a independência. O objetivo deste trabalho é investigar a partir dessa Associação, as ações que possibilitem a inclusão e o resgate da cidadania pelos próprios portadores de transtorno mental, e os modos como eles se apropriam de seus direitos. Percebemos a elevação da auto-estima no resgate dos direitos de cidadania como resultado evidente dessas ações.

Palavras Chave: Inclusão. Cidadania. Transtorno Mental.

INTRODUÇÃO

A partir de abril de 2001, a assistência em saúde mental foi redirecionada de forma jurídica, aos paradigmas de atenção em saúde mental. Esse redirecionamento teve início com o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), no ano de 1978, com a crise na Divisão Nacional de Saúde Mental (DINSAM). A partir daí, seguiram-se vários movimentos sociais que ratificaram a necessidade de mudanças no cuidado a pessoa com transtornos mentais, com destaque para a 1ª, 2ª e 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental. A partir desses movimentos, os paradigmas da saúde mental foram se modificando, ganhando matizes mais humanísticos e foram propostos novos modelos de assistência, com o objetivo de desinstitucionalização dos clientes, sendo instituída a Lei N.º 10.216 que propõe a substituição de hospícios por serviços alternativos, como o CAPS-Centro de Atenção Psicossocial. Estes propõem serviços de saúde municipais, abertos e comunitários, que oferecem atendimento diário às pessoas com transtornos mentais severos e persistentes, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social destes indivíduos, através do acesso ao trabalho e ao lazer e do exercício de seus direitos civis. O CAPS constitui o cerne de uma nova clínica, produtora de autonomia, que convida o usuário à responsabilização e ao protagonismo em toda a trajetória do seu tratamento.

Os serviços oferecidos pelo CAPS devem ser alternativos e não complementares ao hospital psiquiátrico. Dentre suas funções, destacam-se: promover a inserção social dos doentes mentais através de ações intersetoriais; regular a porta de entrada da rede de assistência em saúde mental no seu local de atuação e dar suporte à rede de atenção básica. A implementação dos CAPS tem mudado radicalmente o quadro de desassistência que caracterizava o setor de saúde mental pública no Brasil, embora ainda exista uma forte concentração de tais serviços em certas regiões do país.

A partir de uma concepção que valoriza a cidadania e a dignidade do portador de transtorno mental, entendido como sujeito de direitos, a Lei n.º 10.216/01, já em seus artigos iniciais, define um conjunto de princípios e garantias, que, frise-se, deve ser aplicado sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, origem, religião, orientação sexual, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos, grau ou tempo de evolução da doença.

Assim, de acordo com seu artigo 2º

Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo. Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental: I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade; III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração; IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas; V - ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária; VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento; VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos

invasivos possíveis; IX - ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental,

Rotelli (1990), falando sobre o processo de desinstitucionalização, considera que o mesmo veio desmontar os aparatos administrativos que se baseavam na separação entre o objeto “doente” e a complexa existência dos pacientes no interior do corpo social, abrindo, portanto, possibilidades de respeito aos direitos sociais das pessoas envolvidas no processo, fazendo emergir a pluralidade entre os sujeitos que compõem o campo (profissionais de saúde, usuários e família). Assim, no interior deste contexto, gradativamente, vai surgindo a necessidade de serem construídas novas estratégias de um nível mais coletivo de participação. Um programa de reabilitação psicossocial introduz novos recursos e diversos sujeitos no percurso terapêutico. Cabe ao Serviço de Saúde Mental identificar a rede de relações sociais passível de reintegrar à pessoa que requer ajuda, construindo estratégias que venham propiciar intervenções reais concretas, claras e objetivas. Neste contexto se insere a Associação Caminhando, como resultado parcial da ação do Projeto de Extensão da UFPB, na perspectiva de ampliação e transformação da assistência, iniciando o processo de reabilitação psicossocial que traz e propicia, em sua essência, as trocas afetivas e materiais dos seres humanos. Segundo Saraceno (1995), este processo constitui uma reconstrução, num exercício pleno de cidadania e contratualidade nos cenários do habitat, da rede social e do trabalho com valor social, ressaltando a importância da apreensão do sentido e do significado desta reabilitação, nesses cenários, para sua reconstrução. Esse percurso propicia a descoberta de recursos e potencialidades adormecidas e, no seu desenvolvimento, deve oferecer todas as possibilidades de inclusão. Nesta perspectiva, as estudantes de pedagogia se constituem agenciadoras dessa inserção inclusiva entendendo que através da educação desenvolvemos o sujeito para apropriação dos instrumentais de fundamental importância para a sua luta na conquista de sua cidadania, pois constitui um direito de todos, e deve acontecer em diferentes espaços sociais.

De acordo com as diretrizes de Pedagogia, o pedagogo está apto a:

“Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo” (Título IV - Art. 5º da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006)

Desta forma, a Associação, tornou-se a possibilidade de ações educativas para os portadores de transtorno mental bem como o ambiente para o desenvolvimento acadêmico para as extensionistas onde coordenam áreas de atuação juntamente com o doente mental na distribuição de tarefas e execução das mesmas. Portanto, O objetivo deste trabalho é investigar a partir dessa Associação, as ações que possibilitem a inclusão e o resgate da cidadania pelos próprios portadores de transtorno mental, e os modos como eles se apropriam de seus direitos. Percebemos a elevação da auto-estima no resgate dos direitos de cidadania como resultado evidente dessas ações.

METODOLOGIA

O estudo se insere nos pressupostos dos métodos qualitativos de investigação. Segundo Kirk e Miller (1986), os mesmos têm sido utilizados nas Ciências Sociais envolvendo a observação de pessoas em seus territórios e a interação com essas pessoas em suas próprias

linguagens, buscando compreender a natureza do objeto considerando o contexto dos fenômenos. Para poder estudar as representações sociais dos portadores de transtorno mental, utilizou-se o CAPS Caminhar (Centro de Atenção Psicossocial dos bancários/JP), conjuntamente com a Associação Caminhando – Associação dos familiares e portadores de transtorno mental, que é organizada como instrumento de desenvolvimento de uma prática comunitária humanizada e reintegradora do ser humano no seu contexto, trazendo uma nova significação individual e social para as pessoas que a frequentam. Utilizamos como instrumento básico para a pesquisa, entrevista com questionário semi-estruturado “(...) que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada”- Mimayo (2008). Estas foram direcionadas aos portadores de sofrimento psíquico considerando, a pessoa de referência que enfrenta no dia-a-dia as dificuldades de inclusão na sociedade.

A técnica de observação foi utilizada pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto (Cruz Neto, 1994). Para Bleger (1989, p.23) “não se pode chegar a uma ciência do homem sem o homem. Sem o homem estudado e sem o homem que estuda”. Dessa forma, alcança-se a objetividade quando se incorpora o sujeito observador no campo da pesquisa. A observação se realiza sempre em função de certos pressupostos e quando estes são conscientes e utilizados como tais, a observação torna-se mais eficaz.

Na fase posterior, de análise de dados, utilizou-se a teoria das Representações Sociais, tendo em vista que a mesma consiste em importante instrumento de aproximação e compreensão da realidade. Segundo Moscovici (1978), as representações sociais originam-se nas relações interpessoais, e uma vez constituídas, influem nas condutas dos indivíduos para com o objeto social em questão, ou seja, são “entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro em nosso universo cotidiano” (p.41). Assim, as mesmas são construídas de conceitos, afirmações, explicações presentes no meio social e expressam a contínua interação entre o indivíduo e a sociedade.

RESULTADOS:

Com a organização da Associação Caminhando, cuja formação se deu no início do ano de 2010, ações foram dirimidas com o objetivo de despertar e conscientizar os portadores de transtorno mental quanto aos seus direitos e deveres como cidadãos, conseqüentemente serem incluídos na sociedade. Através de ações efetivas a Associação mobilizou os portadores de transtorno mental e seus familiares e organizou um abaixo assinado e contribuiu para a transferência do CAPS Caminhar para um espaço físico com infraestrutura que comportasse a demanda de usuários. Ressaltamos a representação da Associação na I Conferência Municipal de Saúde Mental de João Pessoa “Saúde Mental, Direito e Compromissos de Todos: consolidar avanços e enfrentar desafios”, como também na “III Conferência Estadual de Saúde Mental- Intersetorial. Destacamos a participação de um usuário, membro da Associação, na Conferência Nacional de Saúde Mental, que aconteceu em Brasília, em 2010, como representante da mesma. Quanto a sua participação, o usuário diz que

“as pessoas não acreditavam no meu potencial. As pessoas me viam como portador e usuário do CAPS e que eu havia sido internado no manicômio. Não me viam com bons olhos. Hoje tenho credibilidade, confiança e responsabilidade. A Associação confiou em minha pessoa. Sou um líder. Tenho foto falando em Brasília, na Conferência com o Ministro da saúde José Temporão. Me sinto importante.”

A Associação trabalha para que os usuários redescubram seus potenciais e a partir deles possam re-conquistar sua auto-estima. Para tanto, 80% do quadro da diretoria da Associação é composto por usuários e estes trabalham em busca de fazer valer seu espaço e seus direitos. Perguntado a um usuário sobre como a Associação contribuiu para sua valorização, ele diz:

“A Associação me fez acreditar no meu potencial. Eu era desacreditado. Não tinha autoconfiança. A Associação fez acreditar que eu sou importante e que eu posso chegar lá.” (usuário)

Destacamos a contribuição dos usuários na participação ativa na conquista do passe livre, onde juntos organizaram reivindicações junto ao poder público que culminou com a votação e aprovação da Lei nº 12.069, de 14 de fevereiro de 2011 que dispõe sobre a gratuidade no transporte coletivo urbano no município de João Pessoa para pessoas portadoras de transtorno mental.

Infelizmente, constatamos com grande frequência que a doença mental também é acompanhada da perda da liberdade exterior, do direito de ir e vir, de ter opinião, de ser ouvido, de ser tratado com respeito e dignidade. Ainda há muito a ser feito pelos portadores de transtorno mental e seus familiares, mas acreditamos que com ações efetivas e humanização das relações, o respeito aos direitos fundamentais da cidadania, sejam os primeiros passos para a concretização desses direitos. A Associação é ainda recém nascida, mas caminha para trabalhar em harmonia com a ética e o humanismo para ser um agente de inclusão dessas pessoas.

Para nós graduandas do curso de Pedagogia muito contribuiu participar do projeto para enriquecimento da formação acadêmica, porque nos possibilitou vivenciar experiências pedagógicas em educação não formal, abrindo possibilidades fora do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.S. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p.51-66.

KIRK, J., MILLER, M.L. *Reliability and validity in qualitative research*. 2.ed. Califórnia: SAGE, 1986.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/ Rio de Janeiro (SP/ RJ): Hucitec/Abrasco; 2000.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar; 1978.

ROTELLI, F. A instituição inventada. In: NICÁCIO, M. F. S. (Org.). *Desinstitucionalização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 89-99.

SARACENO, B. *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial a cidadania possível*. Rio de Janeiro: Te Cora; 1999.

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf - acessado em 29/06 - às 14:46h

